

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

MORRO DA CONCEIÇÃO:

Uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira

Flávia Carolina da Costa

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

MORRO DA CONCEIÇÃO:

Uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade Federal
de São Carlos – PPGAS / UFSCar.

Aluna: Flávia Carolina da Costa
Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo

São Carlos

Fevereiro de 2010.

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C837mc Costa, Flávia Carolina da.
Morro da Conceição : uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira / Flávia Carolina da Costa. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
99 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Antropologia. 2. Morro da Conceição (Rio de Janeiro, RJ). 3. Zona portuária. 4. Sociabilidade. 5. Conflito. I. Título.

CDD: 306 (20^a)

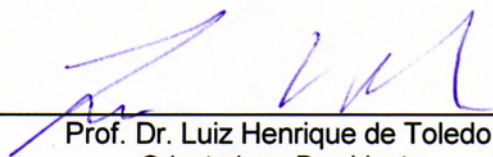


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

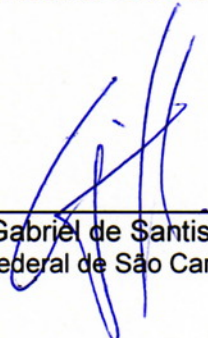
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Flávia Carolina da Costa


10/03/2010



Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



Prof. Dr. Fabio Reis Mota
Universidade Federal Fluminense / UFF



A Carlos, Izabel e Dudi.

Agradecimentos

Talvez esta seja a parte mais difícil de ser escrita depois de um mestrado de três anos. “Três anos é tempo demais”, eu costumava pensar, hoje vejo que três anos foi o tempo suficiente para que eu acumulasse experiência e uma lista enorme de amigos a quem preciso agradecer por todo carinho e companheirismo.

Primeiramente, agradeço aos meus pais e à Dudi, minha irmã, pelo amor, apoio e compreensão, quando fizeram da saudade causada pelo longo tempo em que estive em campo um motivo a mais para o incentivo. Sem vocês este trabalho não seria possível!

Agradeço aos meus avós, tios, tias, primos e primas que aprenderam a conviver com a “menina que viaja muito”. Em especial, agradeço ao Gabriel Manzanares pela ajuda com os “desenhos” da dissertação, à Amanda e à Fefê que me proporcionaram as melhores gargalhadas durante os finais de semana em que pude estar com elas.

Agradeço aos velhos amigos Fabetz, Nícolas, Jô, Júlio, Oswald, Barba, Sheila e Nath por me terem feito entender que amizade é algo que se conta em outro tempo. Agradeço ao Z e ao Marc pelas maluquices e desencontros em São Paulo. Ao Alê pelo carinho. Ao Helder, Vanessa e Neusa por terem sido família para mim no começo do mestrado.

Agradeço às meninas de “casa”: à Gio pela amizade e apoio, por ter suportado as minhas chatices durante os sete anos de São Carlos; à Carol Schlittler pela paciência, pelos almoços, pelas leituras e comentários de quase todos os textos que escrevi nos últimos tempos. À Camila Mainardi, Lecy, Carol Araújo, Alexandra, Marília Lourenço e Tati Massaro, “tranqueirinhas” da minha vida, pela presença e força em todos os momentos, pelas leituras atenciosas que fizeram dos meus textos e pelo diálogo sempre tão produtivo.

Agradeço a todo o pessoal da “primeira turma do PPGAS”, pelas aventuras iniciais. E também não posso me esquecer de Karina Biondi, muito obrigada pela paciência com que me ouviu e ajudou quando a pesquisa era apenas um projeto torto. Sou grata também ao Messias Basques pela cuidadosa leitura da minha qualificação. Uma lembrança especial ao Danilo Pinto, meu querido Braga, por ter acompanhado parte da minha trajetória no Morro da Conceição, pelo incentivo e pela amizade de sempre, muito obrigada.

Aos professores que me acompanharam ao longo de toda a minha trajetória na UFSCar, meus sinceros agradecimentos. Também sou imensamente grata ao Prof.

Gabriel Feltran pelos comentários e dicas durante o exame de qualificação. Agradeço ainda ao Prof. Fábio Reis Mota que prontamente atendeu ao pedido de participar da banca de defesa da dissertação e trouxe contribuições importantes a este trabalho.

Ao Prof. Luiz Henrique de Toledo, o Kike, meu orientador de “morro” e “malandragem” há tantos anos, muito obrigada pela ajuda, pelos comentários e pelos incentivos, por amenizar os meus desesperos e por toda amizade.

Faço um agradecimento especial ao Prof. Jorge Villela por ter acreditado que esta pesquisa pudesse dar certo, por ter me apresentado o Morro da Conceição e por ter me “emprestado” seus amigos para que o trabalho de campo pudesse ser desenvolvido, a todo este carinho sou muito grata.

Durante o tempo de Rio de Janeiro, agradeço primeiramente a todos os moradores do Morro da Conceição com que tive o enorme prazer de conviver durante o campo e, muito mais do que “nativos”, tornaram-se amigos que certamente levarei pela vida toda. Assim, agradeço ao Vidal pela acolhida nos primeiros momentos, à Kate e ao Jorginho que vieram depois trazendo uma alegria contagiante. Agradeço ao Sr. Renê e a toda sua família pelo carinho com que sempre me trataram. Sou muito grata às mulheres do Grupo Eterna Juventude pelos comentários, pelos crochês e pelos chás da tarde sempre muito divertidos, dentre todas elas registro meu carinho por Vera, Glória e Juci com quem pude conviver por mais tempo. Agradeço ao pessoal da Comunidade da Pedra do Sal pela paciência e incentivo.

Não posso esquecer de registrar aqui meus sinceros agradecimentos aos amigos Martin, Alessandra e Antônio Agenor, por tudo que fizeram por mim desde aquela primeira visita em 2006, quando Martin, cuidadosamente, me apresentou o morro e carinhosamente o apelidou de “colcha de retalhos”, imagem que guardei para sempre e que ainda hoje uso para pensar a diversidade que aí se esconde. Muito obrigada também por terem me permitido compartilhar com vocês a alegria dos sorrisos sinceros de Erik, Pedro e Ana Cecília.

Agradeço a todos os moradores da Vila São Jorge, onde morei, em especial agradeço à Erika Bastos, pelas alegrias da convivência, pela ajuda acadêmica e por ter me dado o prazer de conviver com o pequeno Antônio antes mesmo dele nascer. Ao Marcelo Abreu pela amizade, pela confiança, pelos conselhos e pelos comentários preciosos que fez do meu texto de qualificação, (é claro que esses agradecimentos se estendem também à Manu e à Luísa!). Agradeço ao Mário Miranda Neto pela ajuda,

pela vida compartilhada nas tarefas cotidianas para que aquela nossa casa ficasse um pouco mais “arrumadinha”, pelos diálogos sempre tão produtivos e por todo carinho.

O contato com o Morro da Conceição me concedeu também o prazer de conviver com Orlando Rey, Rosane Augusto e Caroline Cavassa, a vocês meus agradecimentos sinceros. No esforço de conhecer o morro e a cidade maravilhosa, encontrei pelo caminho Bia Campuzano, amiga querida e cuidadosa, muito obrigada por tudo.

Pela presença de todos vocês em minha vida posso dizer que sou hoje muito mais feliz! Espero apenas não ter me esquecido de ninguém!

Agradeço, por fim, à FAPESP pela bolsa concedida e sem a qual esta pesquisa não teria sido possível!

Notas sobre a grafia:

Neste trabalho são grafados em *itálico* os termos e expressões nativos. Optei por colocar em *itálico* também os trechos de entrevistas e textos publicados pelos moradores do Morro da Conceição e que aqui foram usados como depoimentos reveladores da forma como entendiam o local em questão. Os nomes dos principais projetos analisados também seguem em *itálico*. As aspas duplas são utilizadas para categorias e expressões do campo teórico.

Resumo

O Morro da Conceição está localizado no bairro da Saúde, zona portuária do Rio de Janeiro e é um importante sítio histórico da cidade que apresenta atualmente um caso particular de disputa pela terra, travada entre um grupo de moradores que se auto-reconhece como Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal e um ordem religiosa denominada Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – VOT. Por meio da pesquisa etnográfica realizada no local durante o ano de 2008, procurou-se entender como eram organizadas as redes de sociabilidade entre os moradores locais a partir da disputa em questão. Durante o percurso etnográfico, outras relações foram sendo reveladas no plano das práticas cotidianas. A partir de uma intrincada malha de sociabilidade que misturava interesses e agentes variados, uma minuciosa trama de conflitos foi sendo descortinada.

A experiência etnográfica permitiu ver que os problemas envolvidos nos discursos e projetos de revitalização da zona portuária problematizavam o território do morro, deixando transparecer lutas que buscavam assegurar sua diversidade espacial e simbólica. Assim, os conflitos apareceram como constitutivos das sociabilidades e encontravam-se misturados nas mais “triviais” relações. Levando-se em conta o cenário político-social brasileiro voltado ao reconhecimento das comunidades quilombolas, buscou-se perceber a construção das redes de sociabilidade e das diversas representações políticas configuradas nas suas variadas formas de organização.

As sociabilidades perpassadas por questões mais amplas e mediada por relações não imaginadas no momento em que se desenvolveu o projeto, revelaram o Morro da Conceição como um espaço singular, construído na alternância classificatória entre “ser” cidade e “ser favela”.

Palavras-Chave: Morro da Conceição – Zona Portuária – Rio de Janeiro – Sociabilidades – Conflitos.

Abstract

Morro da Conceição is located in the quarter of Saúde, the port area of Rio de Janeiro, and is an important historical site in the city that currently presents a special case of territorial dispute between a group of residents who self-recognized as Black Community of the Pedra do Sal and a religious order called Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência - VOT. Based on ethnographic research done at 2008 year, we tried to understand how were organized networks of sociability among inhabitants in the context of territorial dispute. During the ethnographic excursion, other relationships were being revealed in the everyday practices. From an intricate mesh of sociability that mixed interests and agents, a detailed thread conflict was being discovered.

The ethnographic experience allowed us to see that the problems involved in the discourses and projects of revitalization of port area affected the territory, letting observe endeavor to keep its symbolic and spatial diversity. Thus, conflicts appeared as constituting sociability and were mixed in the most usual relations. Analyzing the brazilian context concerning Black Communities is possible to understand the construction of social networks and political representations.

The sociability's studies revealed the Morro da Conceição as a singular space that transits between “being city” and “being slum”.

Key-Words: Morro da Conceição – Port Area – Rio de Janeiro- Sociability – Conflicts.

Sumário

Introdução e Apresentação	11
Capítulo 1: Sociabilidade	27
1.1. Entrada em campo – considerações	28
1.2. O caso da entrevista não feita – fofocas	35
1.3. As mulheres do grupo <i>Eterna Juventude</i>	41
1.4. Dona Elza e os relatos de um outro tempo	42
1.5. O chá, um bolo e outros mapeamentos	46
1.6. Cidade, favela e morro – uma tríade?	48
Capítulo 2: Conflitos	49
2.1. A Festa Junina do Adro – cenas e impressões	51
2.2. A Banda da Conceição – discursos de velhas tradições e novos conflitos	55
2.3. Os artistas plásticos, outras aspirações, outros projetos	57
2.4. O Porto Cultural e suas políticas	60
2.5. <i>Morro da Conceição: onde tudo começou</i> – outras faces das negociações políticas	63
2.6. O IBAM	66
Capítulo 3: Os desdobramentos	68
3.1. O Dia Nacional do Samba	69
3.2. Dois eventos e muitos conflitos	72
3.3. <i>O estado de vigília</i>	75
Considerações Finais	80
Referências Bibliográficas	84
Anexos	88

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO

A partir da pesquisa etnográfica realizada no Morro da Conceição, localizado no bairro da Saúde¹, Rio de Janeiro, durante o ano de 2008, este trabalho propõe uma análise dos conflitos territoriais existentes na zona portuária ocasionados pelos discursos e projetos de revitalização. Ao longo dos oito meses de trabalho de campo foi possível perceber que os problemas envolvidos nos discursos e projetos de revitalização da zona portuária constituíam um fenômeno que agrupava e reagrupava coisas e pessoas, interesses e agentes, de tal forma que todos os outros conflitos imiscuídos no contexto das relações sociais internas ao morro estavam de algum modo relacionados a tais questões.

O primeiro conflito

Durante o trabalho de campo, o primeiro conflito que chamou minha atenção foi a disputa territorial travada entre a *Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal* e uma ordem religiosa presente naquela região, denominada *Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – VOT*. A *Comunidade da Pedra do Sal* foi reconhecida oficialmente como “remanescente de quilombo” pela Fundação Cultural Palmares por meio da Portaria 02, de 17 de janeiro de 2006. O *Quilombo da Pedra do Sal* nunca existiu como um local de negros fugidos ou resistentes à escravidão². A região da Pedra do Sal, localizada aos pés do Morro da Conceição e próxima à Praça Mauá é reconhecida historicamente³ por agregar descendentes de escravos vindos da Bahia e da África.

¹ A zona portuária carioca é formada pelos bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Cajú.

² Informação retirada de ABREU, M.; MATTOS, H (orgs). 2007. *Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal*.

³ Para uma discussão teórica mais aprofundada ver ARANTES, E. B. 2005. *O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

Durante os séculos XVIII e XIX o bairro da Saúde reunia vários pontos de comercialização de escravos e, após o período escravista, os negros que ali eram comercializados continuaram vinculados a essa região próxima ao porto do Rio de Janeiro. A área foi apropriada como espaço de sociabilidade para prática de rituais, cultos religiosos, batuques e rodas de capoeira, e daí surgiram nomes como Donga, Pixinguinha e João da Baiana, considerados os fundadores do samba. O terreno estava localizado à beira-mar e recebeu esta denominação por ser o ponto de desembarque do sal comercializado no mercado da capital. Mais tarde, nessa mesma zona portuária foi formada a “Pequena África no Brasil”, área de convergência de negros que fugiam do “bota abaixo”, programa de reforma urbana implantado por Pereira Passos nas primeiras décadas do século XX⁴.

A *Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT)*, por sua vez, é uma instituição de caráter religioso, no caso católica, beneficente, educacional, de assistência cultural e filantrópica, fundada no Rio de Janeiro em 1619. No ano de 1897, a *Ordem* funda a escola Padre Doutor Francisco da Motta, em um prédio localizado no Morro da Conceição, com o objetivo de atender crianças carentes moradoras da região, e desde então, muitos dos projetos assistências desenvolvidos foram voltados ao atendimento da população moradora da zona portuária.

A questão da disputa territorial travada entre a *VOT* e a *Comunidade Quilombola* parte do seguinte contexto: em 1987 a Pedra do Sal foi tombada como “testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira”⁵ pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), no mesmo ano a *VOT* passa a ser coordenada pelo Frei Eckart

⁴ Para maiores detalhes sobre a operação de limpeza do centro organizada pelo governo de Pereira Passos ver: NORONHA, L. 2003. *Malandros: notícias de um submundo distante*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, (Arenas do Rio; 12).

⁵ Informações retiradas da Ficha de Regularização Fundiária da referida *Comunidade Quilombola*, produzida no ano de 2007.

Hermann Höfling. Em 1992, o candidato a prefeito César Maia⁶ lança novos projetos de revitalização da região portuária, e começam os primeiros embates entre a Ordem e os moradores que atualmente se auto-reconhecem como *remanescentes de quilombo*, pois de acordo com relatos desses próprios moradores, a VOT, então proprietária de alguns imóveis na região portuária - inclusive no Morro da Conceição - reajustou os aluguéis para valores muito altos, fazendo com que muitos moradores abandonassem seus imóveis, muitas vezes sob ordens de despejo. Em 2001, a prefeitura do Rio cria o Plano de Revitalização da Região Portuária – Plano Porto do Rio, e as disputas territoriais entre a VOT e esses moradores “remanescentes de quilombo” se intensificam.

Em 2005, sob liderança de Damião Braga Soares dos Santos, inicia-se o pedido de reconhecimento público da comunidade quilombola frente ao Governo Federal, ação encaminhada pela FCP (Fundação Cultural Palmares) e pelo INCRA. Com argumentos de auto-atribuição, visando a *continuidade histórica*⁷ no espaço e a preocupação com a manutenção de suas práticas culturais, a autenticidade dos argumentos era garantida pelo discurso de tombamento da Pedra do Sal, onde se lê:

“[...] *A Pedra do Sal é, em suma, mais que um bem cultural afro-brasileiro. É um monumento histórico e religioso da cidade do Rio de Janeiro*”⁸

Entre os anos de 2006 e 2007, com a emissão da certidão de registro pela FCP e com a abertura do processo de vistoria, delimitação e levantamento ocupacional e territorial feito pelo INCRA, o conflito acabou indo parar no Ministério Público

⁶ Então filiado ao PMDB.

⁷ *Continuidade histórica* é um termo nativo, todavia seu sentido se liga à definição trabalhada em MOURA, C. (Org.). 2001. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, e pode ser entendida como uma forma de identificação utilizada pela comunidade no tempo presente, para a ação coletiva em defesa do território que ocupa e na garantia de reprodução de seu modo de vida característico. Não se trata, assim, de população isolada, portadora de uma cultura tradicional lutando contra a modernidade, e sim de uma *categoria estratégica, adotada em sentido político e conscientemente articulada* (termos nativos).

⁸ SANTOS, Joel Rufino dos. 1984. *Proposta de Tombamento da Pedra do Sal*. INEPAC. Rio de Janeiro.

Federal, e lá ainda se encontra por causa dos recursos movidos pela VOT. Em linhas gerais, a *Comunidade* acusa a VOT de perseguição e expulsão por intolerância religiosa e cultural, e diz que essas ações de despejo foram movidas principalmente por questões de valorização imobiliária, depois da divulgação do Plano Porto do Rio pela prefeitura. A VOT, por sua vez, diz que está defendendo seu direito de propriedade e que não há nenhuma ação discriminatória, religiosa, social ou cultural contra os moradores que se auto-intitulam quilombolas e classifica seus integrantes como *invasores* e *desconhecidos* no morro⁹.

O que dificulta ainda mais a resolução legal desse conflito é que os documentos pertencentes à VOT, segundo informações publicadas pelo INCRA, não comprovam a posse de muitos dos imóveis em disputa. A *Ordem* afirma ter recebido as terras como herança do Padre Francisco da Motta em 1704, e em 1821 um alvará redigido pelo príncipe regente D. Pedro I concedia-lhe outros terrenos à beira-mar. No entanto, não existe um documento específico para cada imóvel, como prevê a legislação atual¹⁰.

O referencial teórico que muitas vezes tem orientado as pesquisas antropológicas acerca das comunidades quilombolas fala sobre mobilizações políticas de agrupamentos organizados coletivamente em torno das “identidades entre os remanescentes de quilombos” e partem de estudos sobre “terras de pretos” e “terras de uso comum” (ALMEIDA, 1989, 2002) para justificar uma determinada “homogeneidade dos processos históricos e sociais que levaram esses grupos a se constituir e, posteriormente, os levaram a uma situação de ameaça existencial e/ou cultural” (TOSTA, 2005: p. 11). É certo que um grande esforço de “ressemantização” tem sugerido o entendimento do termo “quilombo” como “grupos que desenvolvem práticas cotidianas de resistência na

⁹ Informações retiradas de matéria exibida pelo Jornal Nacional em maio de 2007, em matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em agosto de 2007 e dos sites www.vot.com.br e www.koinonia.org.br. Algumas dessas entrevistas foram colocadas nos Anexos.

¹⁰ Informações retiradas do site www.koinonia.org.br, ver também os Anexos.

manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de seu território próprio” (O'DWYER, 1995: p. 02), de tal maneira que a definição de grupos étnicos aproxima-se da teoria desenvolvida por BARTH (1969), a partir da qual estes podem ser entendidos como tipos organizacionais que regulam o pertencimento por meio de normas de afiliação e exclusão.

A categoria social “comunidade remanescente de quilombo”, que a princípio servia para caracterizar um quadro do meio rural brasileiro e que levava em consideração as noções de “identidade étnica”, “terras de preto” e “luta étnica pela terra”, atualmente está sendo transportada para as áreas urbanas e sofrendo novas transformações, pois podem ser consideradas “comunidades remanescentes de quilombo urbano” qualquer área antigamente classificada como comunidade negra rural que fora atingida pela expansão da malha urbana, como por exemplo um bairro que circunde um terreiro de candomblé¹¹.

O Morro da Conceição teve sua parte mais alta habitada primeiramente por portugueses e espanhóis, cujos descendentes ainda hoje são moradores do local. Em um primeiro momento de pesquisa interessava-me investigar como seriam construídas redes de sociabilidade nesse contexto de tensões provenientes da disputa territorial travada entre a comunidade quilombola e a ordem religiosa. De modo mais específico, interessava-me saber como seriam construídas e orientadas noções de pertencimento e identidade desses outros moradores que não estavam diretamente inseridos naquele conflito, mas que de certo modo eram atingidos por ele. As formas como esses outros moradores se classificavam nas tramas daquela tensão pareciam-me reveladoras da realidade social observada.

¹¹ Para maiores informações, ver ARRUTI, J. M. 2006. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: Edusc.

Todavia, com o início do campo em 2008, pude perceber que aquela disputa territorial estava ancorada em questões que não eram necessariamente interessantes para os demais moradores do Morro da Conceição, pelo menos não naquele momento, o que gerava muitas críticas, como mostrarei no segundo capítulo. Os conflitos no morro eram de certa forma “hierarquizados” de acordo com sua pertinência na lógica local. Em 2008 as tensões entre a *Comunidade da Pedra do Sal* e a *VOT* já não eram tão latentes quanto em 2006, isso se devia à dificuldade de posicionamento dos outros moradores no âmbito do conflito, pois grande parte deles não concordava com os argumentos apresentados nem pela *VOT*, nem pela *Comunidade*.

Além disso, também pude notar que, ao contrário do que propunha parte da literatura antropológica¹² voltada aos estudos das comunidades quilombolas, o caso da *Comunidade da Pedra do Sal* não se encaixava perfeitamente na noção de um “território étnico”, pois na maioria das vezes tal noção pressupõe a reprodução dos indivíduos e grupos ali assentados pela via do parentesco. As especificidades da *Comunidade da Pedra do Sal* encontravam-se no fato de que aquele era um território, como já anuncia o texto de tombamento citado anteriormente, consagrado como espaço ritual das religiões africanas, pois

*“ali se instalaram os primeiros pretos da Saúde, se encontraram as Tias Baianas, soaram os ecos das lutas populares, das festas de candomblé e das rodas de choro”*¹³

Dessa forma, a multiplicidade das categorias classificatórias que cercam a *Comunidade da Pedra do Sal* e a garantem como “remanescente de quilombo” nem sequer chegam a constituir uma questão de fato relacionada à problemática do

¹² Destaco aqui ALMEIDA (1989), O'DWYER (2001), ARRUTI (2006), CARVALHO (2005).

¹³ Trecho retirado do convite feito pela Comunidade para as festividades do Dia Nacional do Samba. Este convite tornou-se mais um documento anexado ao processo de regularização e titulação fundiária que se encontra sob os cuidados do Ministério Público Federal.

parentesco, mas não impede que naquele território sejam construídas identidades entre aqueles que se auto-reconhecem como quilombolas.

A fragilidade da demanda da comunidade em questão apóia-se no fato de que o processo de reconhecimento e titulação, pautado do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹⁴ – entende como categorias próprias às “comunidade remanescente de quilombo” os modos de *usos, costumes e tradições*. Na prática das delimitações, tais modos foram transformados em um “modelo” segundo o qual os territórios quilombolas deveriam ser representativos de uma “coletividade”, que partilhasse um mesmo território e se auto-reconhecesse como quilombola. Tais especificações são mais facilmente encontradas no contexto rural, onde os laços de parentesco garantem o direito à terra a partir da “descendência” e da “residência”, como explica Alfredo Wagner (1988) sobre as “terras de herança”. Com o crescimento urbano, essas categorias têm sofrido transformações que dificultam a delimitação das “comunidades quilombolas”. Os processos que envolvem a *Comunidade da Pedra do Sal* são exemplo disso.

A conservação da Pedra do Sal como um patrimônio cultural significa o reconhecimento de um espaço de intensa reprodução da sociabilidade negra, esta por sua vez assegurada pelas socializações promovidas pelo samba, por exemplo. Os *usos, costumes e tradições* daqueles que se auto-reconhecem como quilombolas são considerados “direitos culturais” e, portanto, “patrimônio cultural brasileiro”, conforme os artigos 215 e 216 da Constituição¹⁵. Contudo, naquela mesma região requerida como “comunidade remanescente de quilombo” também se encontram encravadas outras

¹⁴ Artigo 68 da Constituição Federal: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

¹⁵ Tais informações também estão disponibilizadas no ofício em anexo que foi redigido pelos quilombolas que participaram da mesa-redonda “A cidade tem cores: os quilombos e o direito à cidade”, organizada pela ONG COHRE.

sociabilidades provenientes das culturas dos colonizadores portugueses e espanhóis. Assim, por mais que a *Comunidade Pedra do Sal* esteja localizada aos pés do Morro da Conceição, as ressonâncias étnicas da tensão travada com a *ordem religiosa* são percebidas de modo mais intenso no contexto da zona portuária do que no próprio morro.

Um dos pontos de convergência entre a proposta de uma comunidade quilombola urbana na região da Pedra do Sal e o restante daquela macro-região que a engloba é o fato de que, na madrugada do dia 22 de novembro de 2008, cerca de 100 famílias de sem-teto ocuparam um prédio no entorno da zona portuária, num movimento de oposição às propostas de revitalização. Na matéria intitulada “*Nova ocupação na zona portuária do Rio de Janeiro*”¹⁶ lia-se:

“A ocupação busca se opor ao projeto de ‘revitalização’ da zona portuária que vem sendo proposto pelo governo municipal. Ela pretende não apenas constituir moradia popular para os sem-teto, como desenvolver atividades culturais, em particular para a comunidade negra da região. A região da Gamboa tem forte tradição afro-descendente e a ocupação conta com inúmeras famílias negras. A região era antiga destinação de escravos libertos, sendo conhecida como ‘pequena África’”.

A tomada do prédio, que aconteceu poucos dias depois do Dia Nacional da Consciência Negra, levou o nome de “Ocupação Machado de Assis”, em homenagem ao escritor nascido no Morro do Livramento também localizado na mesma região. A zona portuária conta ainda com a presença do Centro Cultural José Bonifácio, do Instituto Pretos Novos e da Associação Recreativa Cultural Afoxé Filhos de Gandhi como centros de preservação e memória da cultura afro-brasileira.

¹⁶ Entrevista disponível em <http://prod.midiaindependente.org/es/blue/2008/11/434045.shtml>.



Figura 1: Imagem retirada da matéria exibida pelo Centro de Mídia Independente

O movimento de ocupação acima descrito pode ser analisado como algo que se soma ao itinerário jurídico travado no processo de reconhecimento da *Comunidade da Pedra do Sal*, pois legitima um contexto de ações políticas e lutas territoriais, constituindo um campo de “conflitos externos” à vida no Morro da Conceição. Além disso, tal movimento recupera o discurso reproduzido pela VOT que classifica os quilombolas como *invasores*. Damião Braga, líder da comunidade quilombola, diz ter sido despejado da casa onde morava na Travessa do Sereno, no Morro da Conceição, por uma ação movida pela VOT, proprietária do imóvel, que desde esse momento o classificava como *invasor*, muito embora ele tivesse comprovantes de pagamento dos aluguéis¹⁷. Em seus relatos, Damião diz que depois dessas ações da VOT, *invadiu* de fato um casarão localizado nas redondezas, marcando claramente sua disputa com a ordem religiosa.

Como pude observar a partir das falas dos moradores do bairro da Saúde com quem tive contato, o bairro como um todo é caracterizado por um histórico de invasões devido o grande número de imóveis abandonados. A diferença dessas invasões para a “Ocupação Machado de Assis” é que esta última trazia em seu discurso identificações políticas que poderiam ser associadas ao histórico de reconhecimento da Pedra do Sal.

¹⁷ Essas informações encontram-se disponíveis nos apensos que compõem o processo que se encontra no Ministério Público Federal.

“Ocupação Machado de Assis – Quilombo de moradia e cultura” é o que estava escrito na faixa pendurada em frente ao prédio. Nesse sentido, o conceito de “quilombo” foi enredado por questões particulares àqueles atores.

Conflitos internos *versus* conflitos externos

Para além das questões étnicas, havia naquela disputa territorial um sentido político claramente colocado contra os discursos de revitalização da zona portuária, e nesse ponto específico construíam-se diálogos entre os moradores da parte mais alta do Morro da Conceição e os quilombolas da Pedra do Sal. Inicialmente, posso dizer que o morro era mobilizado por esses discursos em dois sentidos, um “interno” e outro “externo”. O primeiro dizia respeito às relações entre os moradores do morro, divergências colocadas no âmbito das relações de “vizinhança” e dos “associativismos” (como os blocos de carnaval locais).

O segundo ligava-se a movimentações que se passavam pelo “lado de fora”, em um contexto mais amplo que incluía tanto eventos organizados pela zona portuária como forma de *posicionamento* frente às reformas da região, quanto propostas políticas colocadas pelo próprio Estado em nome de uma pretensa “conservação histórica” e de um tipo de desenvolvimento social e econômico, dado no plano das atividades turísticas, que recaiam sobre a sociabilidade¹⁸ local. Herzfeld (1947) desenvolve o conceito de “conservação histórica” como um processo por meio do qual os usos sociais do tempo e sua “monumentalização” pelo Estado são transformados em um argumento cultural de exercício de poder, é essa aproximação que se pretende neste texto.

Internamente, observei o desenvolvimento de conflitos entre os moradores no que dizia respeito, por exemplo, à retomada de um grêmio recreativo chamado *Banda*

¹⁸ Para este texto, o conceito de “sociabilidade” adotado refere-se à maneira como os moradores do Morro da Conceição constroem suas relações com base em categorias como parentesco, vizinhança, lazer, associativismos, etc.

da Conceição que pretendia promover uma maior *integração* entre os moradores das mais variadas partes do morro, e se inserir no desfile de blocos carnavalescos da região. Ao contrário do que aborda a teoria desenvolvida por DaMatta, o Carnaval, retomado a partir da banda era mais um momento de reprodução de conflitos e problemas cotidianos no contexto do Morro da Conceição. Outro caso notório de conflito interno envolvia o bloco carnavalesco *Escorrega Mas não Cai*, criado em situações bastante adversas e sob duras críticas de oposição feitas pela grande maioria dos moradores da parte mais alta do morro. Como será analisado no decorrer deste texto, os moradores da *parte de cima* do morro entendiam este bloco como um produto de projetos políticos “assistencialistas”, que davam ao morro o aspecto de favela.

Em situação conflituosa também se encontrava uma exposição artístico-cultural organizada por um grupo de artistas plásticos moradores do local. Reconhecido como *Projeto Mauá*, o evento consistia na abertura dos ateliês ao público no intuito de divulgar a produção desses artistas e também fazer do morro um lugar mais conhecido pelos próprios cariocas. O nome dado ao circuito de artes fazia referência à Praça Mauá, localizada nos arredores.

É preciso que fique claro que as terminologias “interno” e “externo” usadas para caracterizar os conflitos que observei durante o trabalho de campo são apenas um recurso lingüístico que pretende facilitar a compreensão. Entretanto, os conflitos que “internos” e “externos” ao morro encontravam-se quase sempre entrelaçados.

Como pude observar, os conflitos “externos” mobilizavam o morro a partir de projetos políticos na maioria das vezes voltados ou à promoção de atividades turísticas, ou à propostas de tombamento e patrimonialização. O *Projeto Porto Cultural* não fugia

muito disso. Apresentado em uma reunião coordenada por Maurício Nolasco¹⁹ que aconteceu no Centro Cultural Batucadas Brasileiras – localizado na Praça dos Estivadores, nos arredores do morro – tratava-se de um *movimento de cooperação cultural* para a zona portuária, uma espécie de divulgação daquela área em um momento pré-eleitoral. Na mesma época, os moradores do Morro da Conceição sofreram os impactos de outro projeto ainda maior que pretendia incluir o morro nas rotas de um *turismo alternativo*. Realizado pelo Programa Monumenta²⁰, o projeto visava a recuperação patrimonial de parte do morro para que então pudessem ser desenvolvidas as atividades turísticas.

As diversas maneiras pelas quais os moradores do Morro da Conceição expressavam suas “afecções” com aquelas movimentações políticas inevitavelmente geravam conflitos. Ana Cláudia Marques (2002), em sua pesquisa sobre as “questões de família” no sertão de Pernambuco analisa o conflito como um elemento constitutivo de relações políticas, de vizinhança e de parentesco, tal análise também pode ser apropriada para o contexto do Morro da Conceição. No decorrer do campo, passei a perceber que, ao contrário do que eu pressupunha no começo da pesquisa, os conflitos que estavam espalhados por toda parte eram mais fatores fundamentais daquela sociabilidade do que um elemento desagregador de uma determinada ordem social.

A área estudada – características físicas

Como já foi dito anteriormente, o Morro da Conceição está localizado na zona portuária carioca. Contornado pelas ruas Sacadura Cabral, Camerino, Senador Pompeu

¹⁹ Atual presidente do IBB – Instituto Bandeira Branca de Desenvolvimento Social, organização não-governamental que desenvolve o projeto sociocultural “Batucadas Brasileiras”, voltado ao atendimento de jovens de baixa renda. Para maiores informações ver: www.batucadasbrasileiras.org.br.

²⁰ Monumenta é um programa executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, que procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Atua em parceria com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, dentre outras atividades, está voltado à capacitação de agentes de cultura e turismo. Para maiores detalhes ver: www.monumenta.gov.br

e Rua Acre, o morro fica geograficamente entre o centro do Rio de Janeiro e o começo do bairro da Saúde. Com uma população de aproximadamente 2.500 habitantes²¹, possui duas ruas de acesso “principais”²²: Ladeira do Pedro Antônio (localizada no sentido da Rua Senador Pompeu) e Major Daemon (ladeira de acesso à Rua Acre). Na parte mais alta, as ruas de maior fluxo de pessoas são Ladeira do João Homem e Rua do Jogo da Bola, onde estão localizados os três únicos comércios do morro para pequenas despesas dos moradores, na Rua do Jogo da Bola estão o Bar do Sérgio (ou *Armazém do Odilo*, como costumam dizer os moradores mais antigos) e o Bar do Beto. Na Ladeira do João Homem fica o Bar do Geraldo.

Na Rua do Jogo da Bola encontra-se também a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, pequena capela de devoção particular que realiza missas apenas aos domingos de manhã. Na Praça Major Valô, também chamada de *Praça ou Largo da Santinha*²³, encontram-se a Fortaleza da Conceição e o Palácio Episcopal, que atualmente funcionam como sede da V Divisão de Levantamento do Exército Brasileiro (Diretoria de Serviço Geográfico). No morro também está localizado o Observatório do Valongo – Faculdade de Astronomia da UFRJ.

Na parte mais baixa, nas proximidades da Pedra do Sal, encontram-se a Igreja de São Francisco da Prainha e as escolas Padre Dr. Francisco da Motta e Sonja Kill, ambas coordenadas pela *VOT*.

²¹ Informação relativa ao censo realizado em 2007. Para maiores detalhes ver <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/morei9100/default.htm>

²² Estou chamando de ruas de acesso principais porque por elas se pode subir de carro. Todavia existem muitas outras ruas e escadarias de acesso ao morro, como a Rua do Escorrega, a Escadaria da Travessa Coronel Julião, o Beco João Ignácio, etc.

²³ Pois ali está localizada a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira local.

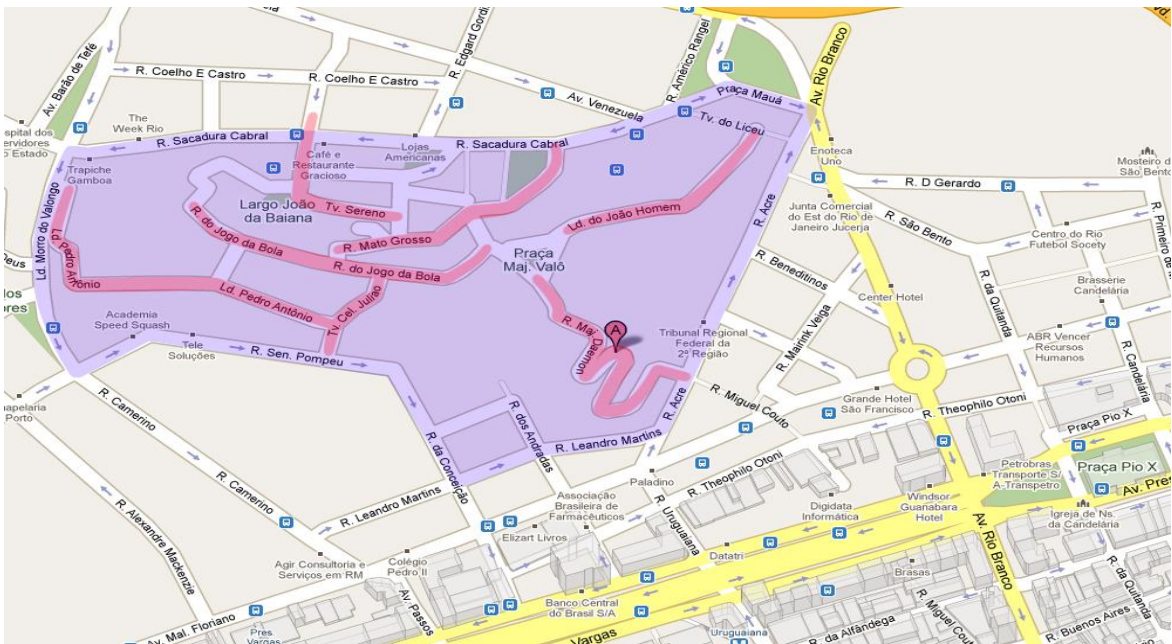


Figura 4: Principais ruas do morro a partir da Major Daemon.



Figura 5: Em sentido horário: Escadarias da Pedra do Sal, Adro de São Francisco da Prainha, Rua do Jogo da Bola e Ladeira de João Homem. Fotos de Flávia Carolina da Costa.

Da pesquisa

Meu primeiro contato com o Morro da Conceição aconteceu em agosto de 2006 quando, a convite do Prof. Jorge L. M. Villela, fui conhecer o bairro da Saúde, desta primeira ida exploratória ao campo surgiu o projeto de mestrado. Todavia, entre o ingresso no Programa de Pós-Graduação (PPGAS/ UFSCar) e o cumprimento das primeiras disciplinas passaram-se quase dois anos, de tal modo que meu retorno ao morro na condição de pesquisadora só aconteceu mesmo em abril de 2008. A princípio, permaneci em campo de abril a agosto sem interrupções, ao fim dos quatro meses de pesquisa, programei uma saída e um possível retorno para meados de novembro, o que me permitiria organizar os dados colhidos na primeira etapa da pesquisa e avaliar os novos rumos do meu trabalho. Optei por retornar em novembro para acompanhar o desenvolvimento de três eventos específicos: a Festa do Dia Nacional do Samba (dois de dezembro), organizada pela *Comunidade da Pedra do Sal*; a Festa de Nossa Senhora da Conceição, comemorada no dia oito de dezembro e a exposição do *Projeto Mauá*.

Em quase oito meses de trabalho de campo, os dados recolhidos vieram quase que exclusivamente das conversas informais nas rodas de samba que aconteciam às segundas e às quartas na Pedra do Sal²⁴, de entrevistas não-estruturadas feitas nas reuniões de organização do *Projeto Mauá*, da coleta de história de vida junto ao *Grupo Eterna Juventude* composto por algumas senhoras do morro, da observação participante que muitas vezes me fazia oscilar entre as posições de pesquisadora, amiga e vizinha. Nas poucas entrevistas dirigidas que realizei optei por não usar gravador, pois entendi que meus interlocutores se sentiam muito mais à vontade para falar quando não precisavam se preocupar com a presença do aparelho, portanto, essas entrevistas foram

²⁴ Reconhecido como samba de partido-alto, os sambas que acontecem nas rodas da Pedra do Sal atualmente são um evento importante no contexto musical do Rio de Janeiro, de grande relevância para a divulgação de novos compositores.

manuscritas. Em algumas situações utilizei máquina fotográfica como recurso para “capturar” momentos que depois me serviriam de reflexão.

Considero importante dizer que minha entrada em campo aconteceu por meio do contato com as mulheres do *Grupo Eterna Juventude*. Foi no convívio com elas nas reuniões que aconteciam nas tardes das quartas-feiras, entre conversas e bordados, que aos poucos fui me inteirando dos acontecimentos que envolviam o Morro da Conceição. Foi por meio dessas mulheres que meus contatos com os outros moradores foram sendo estreitados.

Ao retornar no começo de janeiro de 2009, ocupei-me em analisar o conjunto de informações coletadas, nesse momento de escolhas cuidadosas procurei privilegiar momentos que expressassem minha trajetória etnográfica, revelando aos poucos os meandros de parte da vida social no Morro da Conceição.

Capítulo 1: Sociabilidade

Em agosto de 2006, quando estive pela primeira vez no Morro da Conceição, fui recebida por Tomas Martin Ossowicki e Alessandra Tosta²⁵, antropólogos e moradores do morro. Os quatro dias que permaneci por ali me serviram para conhecer o lugar. Acompanhada por Martin, conheci alguns moradores, visitei o Armazém da Jogo da Bola e me atualizei sobre as questões envolvidas no conflito travado entre a *VOT* e a *Comunidade da Pedra do Sal*. Os motivos não muito claros da minha presença no morro naquele momento inicial geraram comentários e classificações bastante confusas que só pude acessar e entender quando retornei.

O trabalho de campo permitiu-me, então, observar por um lado como fui envolvida e “mapeada” em algumas relações, e por outro me revelou uma

²⁵ Martin e Alessandra me receberam a pedido do Prof. Jorge Villela.

sociabilidade²⁶ dinâmica atravessada por noções como “reputação”²⁷, *moral*, *vizinhança* e, sobretudo, *território*²⁸. As questões de território, inclusive, aos poucos foram se constituindo em espaço privilegiado para a criação de novas classificações – como *antigos moradores versus novos moradores*, *moradores de dentro versus moradores de fora* – que repercutiam nos conflitos característicos da vida cotidiana.

1.1. Entrada em campo – considerações

“Minha rua está cheia de pregões
Parece que estou vendo com os ouvidos:
„Couves! Abacaxis! Caquis! Melões!“
Eu vou sair pro Carnaval dos ruídos [...]
Pra que viver assim num outro plano?
Entremos no bulício cotidiano...
O ritmo da rua nos convida”.

(Mário Quintana, 2005 [1940])

Antes de iniciar a análise da minha trajetória etnográfica, considero importante marcar que em 2008 vivi em dois lugares diferentes no Morro da Conceição. Primeiramente, na Rua do Jogo da Bola, fui recebida por Raphael Vidal²⁹, escritor e editor que havia acabado de se mudar para lá. Depois me mudei para a Ladeira do Pedro

²⁶ Embora seja recorrente nesse texto o uso do termo “sociabilidade”, cabe dizer neste capítulo, a título de esclarecimento (e antes que seja demasiado tarde), que o modo como ele tem sido entendido segue o que foi desenvolvido em SIMMEL, G. 2006. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Zahar: Rio de Janeiro, a saber: “uma forma lúdica de sociação”, espaço onde a interação sai dos meandros formais e atinge o âmbito do jogo, da brincadeira, da conversa “despretensiosa” e exatamente por isso se nutre de uma relação “profunda e fiel com a realidade”.

²⁷ Termo aqui adotado em sentido próximo ao trabalhado por Bailey (1971), que preocupado com as “pequenas políticas” da vida cotidiana, elege a “reputação” como um regulador da vida social tanto quanto o é a troca de serviços e mercadorias. Por meio de um código de apreciação moral das condutas, o autor elabora uma minuciosa análise acerca das relações sociais. Para uma análise sobre outros códigos de conduta reguladores de outras relações sociais, sugiro MARQUES, A. C. 1999 “Algumas faces de outros eus. Honra e patronagem na Antropologia do Mediterrâneo”. In: *Mana*, Rio de Janeiro, n. 5 (1).

²⁸ Neste texto a noção de território será entendida como uma categoria política por meio da qual se desenrolam conflitos e sociabilidades.

²⁹ O contato com Vidal aconteceu por intermédio de Thiago Passos, colega no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/ UFSCar).

Antônio, para a casa de Mário da Silva Miranda Neto, Érika Arantes Bastos e Marcelo Santos de Abreu³⁰, onde permaneci até o fim do campo. A passagem por esses dois lugares me fez enxergar as situações a partir de diferentes perspectivas, e também me permitiu ouvir opiniões diversas, o que contribuiu para a ampliação do meu entendimento acerca da multiplicidade de eventos vividos no morro.

A Rua do Jogo da Bola era a mais movimentada pelos acontecimentos da vida cotidiana dos moradores do morro, nela estavam localizados o Bar do Sérgio e o Bar do Beto, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e uma pequena praça. Nos fins de tarde, as calçadas eram tomadas por cadeiras e conversas que se estendiam até o anoitecer, aos finais de semana a rua era o espaço das crianças e dos adolescentes que a usavam para brincadeiras. Era também na Jogo da Bola que aconteciam as principais reuniões para se discutir as formas de ação dos moradores frente às políticas de incentivo ao turismo e à “conservação histórica”³¹ que visavam o tombamento integral do morro, como tratarei logo mais à frente.

“[...] É uma rua espremida entre a igreja e a fortaleza. Um lugar de poucos acessos e que, na maior parte das vezes, para chegar lá em cima tem que passar necessariamente pelas guaritas do Exército (na Fortaleza da Conceição) sempre de vigilância no lugar, o que confere e amplia a sensação de segurança que se tem em todo o Morro [...]”. (BARBOSA, A. A. 2006: p. 07)³².

Ressalto que embora a Rua do Jogo da Bola fosse o local principal onde aconteciam tais reuniões, não era o único. Outras reuniões para discutir esses assuntos

³⁰ Mário é antropólogo, Marcelo e Érika são historiadores. Os três eram moradores do morro havia quase quatro anos e minha entrada na casa só foi possível porque Marcelo estava de mudança por questões de trabalho.

³¹ Essas ações eram orientadas pelas propostas do Programa Monumenta em parceria com o IPHAN.

³² BARBOSA, A. A. 2006. “Morro da Conceição: a geografia da cordialidade” In: *Revista Cariquice*. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin. Como já indiquei anteriormente, Antônio Agenor Barbosa é morador do Morro da Conceição.

foram marcadas na Ladeira do João Homem, que também concentrava as reuniões do *Projeto Mauá*.

Dessa forma, a Rua do Jogo da Bola guardava certa “centralidade” em relação às outras, morar por ali significava, por exemplo, acompanhar de perto todas as movimentações do Bar do Sérgio, local onde se concentravam os homens vindos de quase todas as partes do morro para o jogo do Aliado³³, para as conversas sobre futebol e política. Com o passar do tempo, este mesmo bar tornou-se um dos focos de maior visitação turística no morro, o que contribuía para que a rua se tornasse um dos lugares privilegiados para as minhas observações. Além disso, o contato com o escritor e morador Vidal naquele primeiro momento mostrou-se bastante produtivo, pois ele havia chegado por ali recentemente e aos poucos buscava se inserir nas redes de relações locais, o que era bastante diferente das relações que envolviam os moradores da casa para onde me mudei na Ladeira do Pedro Antônio, pessoas que já viviam no morro há mais tempo. Esta ladeira por si só trazia uma outra configuração da vida no morro.

Caracterizada principalmente como rua de acesso, a Ladeira do Pedro Antônio cumpria uma função por vezes ambígua, pois ao mesmo tempo em que era considerada uma das ruas mais “reservadas” do morro, era também a mais “exposta” ao resto da cidade. Com um número muito inferior de moradores do que a Jogo da Bola, sua exposição devia-se à presença do Observatório do Valongo que diariamente recebia os estudantes de Astronomia da UFRJ, pessoas que embora não mantivessem relações muito estreitas com o morro, conferiam àquela rua um aspecto bastante diferenciado das demais. Este aspecto era reforçado pela presença do *estacionamento* que consistia em

³³ Aliado é um jogo de tabuleiro bastante comum entre os marinheiros e talvez pela relação de proximidade existente entre parte dos moradores do morro e o cais do porto, é o passatempo preferido da grande maioria dos homens. Uma roda de homens pensativos em torno do tabuleiro é um quadro bastante freqüente nos bares do morro.

um acordo feito entre alguns moradores do morro e os donos das garagens de automóveis do centro.

Em função do enorme fluxo de carros na área central da cidade, as vagas de estacionamento eram quase sempre insuficientes, e para não perder clientes, os donos das garagens recebiam os carros e repassavam para esses moradores que, por sua vez, cuidavam de estacionar os veículos pelo morro todo. A garantia do serviço estava apoiada no fato de que reconhecidamente aquele era um *local seguro*, portanto nada poderia acontecer aos automóveis. Tal “sensação de segurança” fazia parte das peculiaridades do morro e marcava seu afastamento da propalada “insegurança” procedente dos morros vizinhos, esses sim “morros de favela”, como a Providência, afastada do Morro da Conceição pela distância de duas ruas.

A “presença” do *estacionamento de carros* diz muito das representações que caracterizam um morro que não é favela, é o impacto cotidiano de uma dicotomia que se revela a partir de uma minuciosa dinâmica de “evitação simbólica”. As distâncias simbólicas e físicas que classificam e regulam as condutas entre moradores de favelas já foi tema de outros trabalhos, como o de ALVITO (2001). Embora o *problema do estacionamento* incomodasse a quase todos os moradores que tinham suas calçadas invadidas pelos carros³⁴, a Pedro Antônio sofria um pouco mais, pois ali também funcionava um lava – rápido específico para esses veículos, o que aumentava a ligação entre a ladeira e o centro.

O morro nutria, assim, uma singularidade urbanística que é delicada e difícil de ser sustentada, pois qualquer intervenção, como a presença de um lava – rápido, poderia

³⁴ Como a maioria das casas do morro não possui garagem, era comum que alguns moradores estacionassem seus carros nas calçadas, e como o número de veículos era pequeno essa prática nunca havia gerado problemas. Com a “chegada” do estacionamento muitos conflitos se desdobraram, pois quase todos os dias os carros invadiam todas as calçadas sem deixar espaço para a passagem dos próprios moradores, assim o estacionamento interferia na sociabilidade local gerando muitas tensões.

gerar especulações e novos conflitos, por isso aquele lugar deveria ser mantido afastado das embaraçosas relações de proximidade com o centro e com a favela.

Afora esses problemas, a Pedro Antônio realmente guardava certa distância da efervescência da Jogo da Bola e do restante do morro. Os moradores, na maioria das vezes portugueses ou descendentes diretos destes, quase não circulavam pelas ruas locais, poucas vezes eram vistos nos bares, mas mantinham uma sociabilidade própria de conversas de “janela”, ao invés das cadeiras nas calçadas. Aquela ladeira era a que mais concentrava os portugueses reminiscentes. As conversas na Vila São Jorge, onde morei, eram quase sempre atravessadas pelo sotaque trazido de Portugal e ainda cultivado. As crianças também marcavam de modo claro a diferença de sociabilidades entre as ruas. Organizadas em grupos, raramente elas se “misturavam”. Essa “não mistura” não estava ancorada em possíveis rixas, e sim em distância física, já que era mais fácil brincar com aqueles que moravam mais perto.

Dessa forma, a Ladeira do Pedro Antônio apresentava uma sociabilidade construída, por exemplo, na fluência de relações que entendiam, aceitavam e estimulavam a troca de favores, bastante visível na citação abaixo em que um morador (Mário) classifica sua percepção sobre o morro a partir da relação com outro morador (Pila) e com a rua onde mora (Ladeira do Pedro Antônio):

“[...] O morro é o Pila, por exemplo, com seu invariável cinquenta centavos [...]. Quando não o vejo me preocupo, porque sei que também devo tomar conta dele como ele toma conta da rua. É companhia e segurança além de quebrar os galhos de comprar qualquer coisa que nos falte aqui em casa bem como ajudar a todos com as bolsas pesadas de compra. Sem o Pila a vida

aqui na Pedro Antônio seria mais difícil e menos engraçada [...]” (MIRANDA NETO, 2007) ³⁵.

Muito embora minhas observações partissem principalmente do contato com esses dois lugares onde morei, posso dizer que as demais ruas do morro também guardavam suas especificidades e alimentavam a dinâmica da vida cotidiana. A Ladeira do João Homem, por exemplo, era onde se concentravam quase todos os artistas plásticos do morro, por isso na época de exposição do *Projeto Mauá* era esta a rua mais visitada. Era também na João Homem que estava localizada a AMAMCO – Associação de Moradores e Amigos do Morro da Conceição, responsável principalmente pelo apoio aos eventos desportivos e culturais, como a retomada da *Banda da Conceição*.

É preciso que fique claro que as responsabilidades da AMAMCO não estavam restritas ao apoio a esses eventos, a ela também caberiam as reivindicações pela melhoria do lugar junto às autoridades. Contudo, existiam várias divergências entre as ações desta associação e os interesses de parte dos moradores. Muitos deles, inclusive, não consideravam legítima a comissão de diretores. Essas divergências e conflitos tornaram-se mais evidentes na época dos projetos de incentivo turístico, que exigiram posicionamento dos moradores frente às políticas propostas, assunto que será detalhado no terceiro capítulo.

As outras pequenas ruas, travessas e beco que circundam a região do adro da Igreja de São Francisco da Prainha eram caracterizados, principalmente, pelas casas com quartos de aluguel e, portanto, mantinham um fluxo constante de pessoas e uma outra sociabilidade. Quando o cais do porto estava em plena atividade, essa região era bastante procurada pelos marinheiros que buscavam por aluguéis de pequenos quartos

³⁵ Trecho retirado de MIRANDA NETO, M. S. 2007. *Ensaio sem nome sobre o Morro da Conceição*, disponível em <http://www.projetomaua.com.br/sobre-o-morro/23-humanidades/6-ensaio-sem-nome-sobre-o-morro-da-conceicao.html>.

que servissem de moradia durante o tempo de permanência na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, estes quartos são alugados para os migrantes nordestinos que dão novo aspecto à sociabilidade local.

No adro também estava localizada a escola Padre Dr. Francisco da Motta, administrada pela *VOT*, único local onde de fato grande parte das crianças se encontrava e, curiosamente, reforçava seu pertencimento ao Morro da Conceição em contraste com as outras crianças que vinham do Morro da Providência. As franjas do morro, região dos Largos de São Francisco da Prainha e João da Baiana foram no passado o local onde aconteciam as vendas de escravos e onde se encontravam os terreiros de candomblé. Não à toa era exatamente esta a região requerida pela *Comunidade da Pedra do Sal* como território remanescente de quilombo³⁶.

Assim, entre trocas de favores, conversas de “janela” e de “calçada”, permanências, pertencimentos, classificações, circulação de pessoas e mudanças o Morro da Conceição ia se revelando como resultado de uma diversificada “mistura” que dava forma aos “territórios”. Em uma aproximação com a análise que Comerford (2003) desenvolve sobre o contexto dos sindicatos e dos trabalhadores rurais localizados na Zona da Mata de Minas Gerais, é possível dizer que também no morro os territórios servem para o

“mapeamento social que se produz nas conversas cotidianas, e dentro das quais há uma liberdade, uma fluência de relações, uma familiaridade, que permite tolerar problemas [...] bem como desatenções, brincadeiras, dívidas, coisas que em outras circunstâncias poderiam redundar em conseqüências sérias [...]” (p. 40).

³⁶ Para maiores detalhes sobre os usos desta região no período da escravidão negra no Brasil ver MOURA, R. 1995. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 2ª ed.

As formas de sociabilidade dos moradores do Morro da Conceição adquirem sentido, dessa maneira, a partir das dimensões sociopolíticas que os territórios assumem nas práticas cotidianas, nas organizações sociais e nas representações coletivas.

1.2. O caso da entrevista não feita – fofocas

“O morro são as fofocas que além de aborrecer nos ensinam e protegem [...]”
(MIRANDA NETO, 2007 Op. cit.).

Na época da minha primeira visita, na intenção de me apresentar o morro, Martin, antropólogo e morador local, sugeriu que um antigo morador acompanhasse-me em um passeio, essa seria uma forma de iniciar o campo, e também travar os meus primeiros contatos com os moradores locais. Aceitei prontamente a proposta e segui com esse senhor por um passeio pelos *principais pontos do morro*³⁷. Visitamos primeiramente o Observatório do Valongo, situado na Ladeira do Pedro Antônio, como já escrevi anteriormente. Ali, ele me contou sobre a força que tinha a UFRJ para os moradores, pois a universidade era um grande indicativo de que aquele lugar não poderia cair na rede de classificações correntes que associam a palavra morro com a idéia de favela, principalmente no contexto carioca. O campus universitário existente no morro conferia, então, outra visibilidade ao local e sugeria relações de outra natureza que não aquela que facilmente liga morro e favela.

Em seguida, caminhamos para a Fortaleza da Conceição, que segundo ele era um ponto tão importante para a vida no morro, quanto o Observatório. No caminho conversamos sobre as *facilidades* e as *dificuldades* de se morar no Morro da Conceição. Disse-me aquele senhor que era aposentado da Marinha Brasileira e que em seu início de carreira havia sido transferido para o Rio de Janeiro. Sua escolha pelo morro deu-se primeiramente por conta da proximidade com o cais do porto, e depois pela

³⁷ Era assim que aquele senhor entendia os lugares por onde passaríamos ao longo daquele passeio.

tranqüilidade com que as pessoas viviam ali. *Aqui todo mundo é família*, disse-me no caminho, *as crianças brincam na rua, não há perigo, todo mundo toma conta*. Essas seriam então as *facilidades* de se morar ali a partir de sua ótica.

O fato das crianças brincarem na rua era traduzido como sinônimo de tranqüilidade e *segurança*, esta por sua vez reforçada pela presença do Exército Brasileiro e da Fortaleza da Conceição. Para este que foi um dos meus primeiros informantes eram esses os fatores responsáveis pelo aspecto familiar que caracterizavam o morro. As *dificuldades* de se viver no morro estavam quase sempre associadas a questões de transporte, por exemplo, as ruas estreitas dificultavam a subida de ambulâncias em casos de emergência, mas em contrapartida sempre havia um *vizinho* à disposição para facilitar o socorro. As vans escolares também não subiam pelas ladeiras, por isso as crianças que estudavam em escolas mais distantes também contavam com a ajuda de algum vizinho³⁸.

Quando chegamos à Fortaleza, o senhor que me acompanhava explicou-me que lá dentro havia uma secretária que poderia me ajudar muito, caso eu viesse mesmo a fazer pesquisas por ali, pois ela tinha grande conhecimento das histórias de ocupação do morro. Sugeriu-me, então, que entrasse e procurasse por essa mulher, reforçou que aquele era um lugar seguro e que depois de minha visita à Fortaleza eu poderia voltar sozinha para o Armazém para encontrá-lo. Despreocupadamente, me despedi dele e entrei pelo portão daquele antigo prédio.

Os soldados responsáveis pela liberação da entrada de visitantes perguntaram-me o motivo da visita, e eu respondi que se tratava tanto de curiosidade, quanto de um projeto de pesquisa. Pediram-me um documento de identificação e em seguida me conduziram para a sala onde ficava a secretária. Esta senhora recebeu-me com muita

³⁸ Curiosamente, moravam muitos taxistas no Morro da Conceição e geralmente, por serem pessoas vizinhas e de *confiança*, eram eles os responsáveis por levar essas crianças para as escolas.

educação, e assim que soube que minha visita tratava-se de um possível projeto de pesquisa, esforçou-se por me mostrar todos os detalhes do lugar, levou-me para conhecer a sala onde funcionava o Serviço Geográfico Brasileiro, a Casa de Armas, o Palácio Episcopal³⁹ – que havia sido incorporado ao prédio da Fortaleza em 1929 de forma a facilitar os trabalhos do Serviço Geográfico Militar – o mirante e todas as histórias que envolviam aquele prédio.

Ao fim de mais ou menos uma hora de visita, fui encontrar-me novamente com o informante que me havia levado até a Fortaleza, como tínhamos combinado. Assim que me viu voltar, perguntou se eu havia aproveitado o passeio e completou dizendo que para ele aqueles eram os lugares mais importantes do morro. Poucas horas depois daquele passeio, fui embora do Morro da Conceição e só retornei novamente em abril de 2008 para a realização da pesquisa etnográfica. Nesse tempo em que estive ausente, obtive informações sobre o morro apenas pelos telefonemas que fazia para o Martin, ou então, por notícias de jornal que tratavam da tensão entre a *VOT* e a *Comunidade da Pedra do Sal*. Em um dos telefonemas, Martin me informou que havia um “boato” espalhado pelas conversas de alguns moradores sobre uma *entrevista* que eu teoricamente havia marcado e que não havia cumprido. Eu não me lembrava de ter combinado uma entrevista com ninguém e me sentia bastante confusa. De todo modo o esclarecimento daquele mal-entendido só poderia acontecer quando eu retornasse ao morro.

Na época do meu retorno, certa noite, acompanhada por Mário, encontrei Sr. Renê sentado à porta de sua casa junto com sua esposa, dona Marli. Eu o havia conhecido em 2006 e acreditava que ele já não se lembrasse mais de mim. Mário, então, adiantou-se para me apresentar a eles como uma “pesquisadora do morro”, mas Sr.

³⁹ Tanto o Palácio Episcopal, quanto a Fortaleza da Conceição foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938.

Renê o interrompeu dizendo: *Eu me lembro dela! Me lembro, sim! Como vai você, minha filha? Que bom que você voltou!* Respondi educadamente que estava tudo bem e, entendendo que meu retorno significava a continuidade da pesquisa, Sr. Renê logo se disponibilizou a me apresentar à dona Glória, sua amiga de infância, que junto com outras mulheres do morro formava o *Grupo Eterna Juventude*. Nas palavras de Sr. Renê eu ficaria mais à vontade se estivesse junto com as mulheres do que se saísse entrevistando os homens do morro nas ruas e nos bares, fato bastante ilustrativo das divisões de gêneros ali existentes. Inevitavelmente, a atitude de Sr. Renê me inseriu em um ambiente feminino do morro que significava não só um recorte do campo, como também revelava relações de gênero claramente estabelecidas que até aquele momento não tinham sido problematizadas.

Do encontro com Sr. Renê ficou-me a dúvida sobre os desdobramentos do “boato da entrevista não feita”, pois se era mesmo verdadeiro o comentário, como eu era levada a crer, a minha presença ali novamente faria com que em algum momento o assunto fosse retomado com intensidade. Evidentemente, aquela situação me deixava constrangida, pois eu não sabia o que fazer para controlar a reprodução do boato, nem sabia quais impactos ele poderia ter ao longo da minha permanência, já que naquele momento minha pesquisa apenas se iniciava. De todo modo, durante minha primeira visita conheci poucas pessoas no morro e uma forma de compreender como se dava a reprodução daquele comentário era retomar o contato com elas. Procurei, então, o senhor que me havia acompanhado no passeio pelo Observatório e pela Fortaleza, mas não o encontrei, percebi que ele já não freqüentava mais o bar como antes e imaginei que ele poderia ter se mudado de lá.

Em uma conversa com dona Marli, tomei a liberdade de perguntar sobre o boato no qual eu estava envolvida. Surpresa, ela me disse que aquela história era uma *grande*

mentira, uma fofoca, afinal, quem tinha espalhado toda a *bobagem* não merecia qualquer tipo de *respeito*. Acabei descobrindo que, talvez por um mal-entendido acerca dos motivos de minha presença no morro em 2006, quem reproduzia o “boato da entrevista não feita” era o mesmo senhor que me havia acompanhado em passeio pelo morro. Porém, um mês antes do meu retorno, ele havia agredido outro morador durante uma partida de Aliado no Armazém da Jogo da Bola. Depois disso, as pessoas que presenciaram a agressão começaram a hostilizá-lo. Disse-me dona Marli que depois do ocorrido muitas vezes os homens simplesmente ignoravam a presença dele no bar. Assim, o meu retorno para aquele lugar acabou sendo entendido apenas como comprovação de que tudo o que ele dizia era *falso e não merecia qualquer tipo de consideração*. Sem muitas conversas, vi o boato sendo desfeito e esquecido.

“[...] sublinhamos apenas que os conflitos são condição fundamental de reprodução de reputações e que esse processo supõe o olhar do outro, de um outro que de antemão não é categorizável, que pode ser individual ou coletivo e não necessariamente consensual e coerente.”⁴⁰

A questão da fofoca serve para mostrar a diversidade de redes de inter-relações existentes no contexto em questão. Torna-se então importante refletir sobre os recortes que percebem determinadas relações como peculiaridades “locais” ou ainda como particularidades culturalmente determinadas. O esforço de desdobrar as análises sobre práticas que são centrais no universo social em estudo serve como recurso revelador da intimidade e da interdependência existentes entre os moradores do Morro da Conceição. Recorrendo à parte da teoria antropológica que se destinou a pensar como o poder é inerente a determinadas “relações pessoais”, é possível dizer que categorias como

⁴⁰ MARQUES, A. C.; COMERFORD, J. C. & CHAVES, C. A. (2007). “Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito”. In: MARQUES, A. C. (org.) *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/ Funcap/ CNPQ – Pronex; Campinas, SP: Pontes Editora, p. 36.

fofoca, intriga, aposta entre tantas outras tendem a ser interessantes ferramentas de investigação⁴¹, pois muitas vezes funcionam como modos de “regulação” da vida social.

Contudo, como aponta Haviland (1977), a fofoca não é apenas um “controlador social” responsável por assegurar que normas sociais e culturais sejam seguidas, ela é mais do que isso, é um tipo de comportamento pelo qual pessoas orientam aparências sociais. No caso do Morro da Conceição, é preciso ter em mente que o equívoco da “entrevista não feita” serviu para mostrar que eu havia sido enredada em uma das várias tramas de relações existentes, descortinando dinâmicas locais de convivência. Porém, a imagem do “fofoqueiro” era vista com desconfiança. Destacado e classificado nos discursos locais, o fofoqueiro era aquele que se ocupava em administrar reputações, e ao mesmo tempo em que realçava os limites de sua própria privacidade, carregava uma excessiva curiosidade pela privacidade alheia, por isso havia um cuidado generalizado em manter determinados acontecimentos restritos ao espaço da casa, sem deixar que se espalhassem pela rua, e assim para o domínio público.

A fofoca, assim, negociava informações entre os domínios público e privado da vida cotidiana, por isso havia um cuidado intenso no ato de se *contar histórias e de se assumir posições públicas*, sob pena de se sofrer hostilidades de toda parte e constrangimentos sociais. Essas relações eram revestidas por uma complexidade “ética”, de tal forma que as fofocas, no limite, reforçavam as regras daquele sistema social.

⁴¹ Para o caso brasileiro, ver MARQUES (2002), COMERFORD (2003) e FONSECA (2000). Todavia há uma vasta literatura antropológica voltada aos estudos de reputação, fofoca, favor, aposta, brincadeira, devoção, como modos de “regulação” da vida social. Para temas próximos ao trabalhado neste texto sugiro, entre tantos outros, HAVILAND (1977) e BAILEY (1971).

1.3. As mulheres do grupo *Eterna Juventude*

Com a ajuda de Sr. Renê conheci dona Glória em um domingo à noite sentada à porta de sua casa em companhia de seu marido, Sr. Luiz, e mais duas amigas, dona Vera e dona Carolina. Enquanto me apresentava, Sr. Renê fazia questão de dizer que eu era pesquisadora de uma universidade no interior de São Paulo interessada em conhecer um pouco mais sobre *os hábitos do morro* e, portanto, seria interessante que eu participasse das reuniões que elas faziam no salão da Igreja. E elas, entendendo o pedido que ele lhes fazia, convidaram-me a participar da reunião que aconteceria na próxima quarta-feira.

No dia combinado, fui me encontrar com o grupo de senhoras e apresentei rapidamente a minha pesquisa para que elas entendessem os motivos de minha presença e me autorizassem a participar daqueles encontros com mais frequência. Eram mulheres interessadas em bordar panos de prato, fazer tapetes de crochê e outros pequenos artesanatos. Discutiam as compras das linhas e agulhas enquanto contavam as novidades semanais. Minha presença ali era minimizada, às vezes elas respondiam uma ou outra coisa, mas quase não me olhavam, fiquei então observando os trabalhos e tentando entender sobre o que conversavam. Às 16h elas pararam seus bordados, guardaram as linhas e as agulhas e começaram a organizar uma farta mesa de chá da tarde com bolos, doces, salgados, refrigerantes e sucos. Eu desconhecía aquele procedimento e por isso não havia levado nada, mas mesmo assim, fui convidada a me juntar a elas. Enquanto comiam continuavam a conversar sobre assuntos aparentemente “corriqueiros”.

Depois do chá, elas guardaram o que havia sobrado e começaram a espalhar sobre a mesa vários sabonetes. Organizaram, então, a mesa para um jogo de bingo de sabonetes que elas faziam toda semana na intenção de juntar dinheiro para a realização

da Festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do morro. De modo muito simples, me explicaram as regras do jogo e me convidaram a jogar; por volta das 18h, logo depois da canção da Ave Maria ⁴², o jogo havia terminado e elas se preparavam para ir embora. Aproveitei o momento para agradecer a atenção e confirmar a minha presença na semana seguinte, porém, antes que todas saíssem, uma delas, dona Elza, veio ao meu encontro dizer que se eu quisesse saber um pouco sobre a *história do morro*, ela poderia me contar, pois era moradora local havia quase sessenta anos e seu falecido marido, o “Seu Feijão” também tinha passado a vida inteira ali.

O dia havia sido cansativo, eu não imaginava encontrar uma reunião e um grupo tão bem organizados, as mulheres não tinham me dado muita atenção, mas a gentileza de dona Elza tinha conseguido me tranquilizar.

1.4. Dona Elza e os relatos de um outro tempo

“Existem os turistas que são permanentes e os turistas que são provisórios”
(Sr. Renê)

Como propôs dona Elza, nos encontramos numa tarde de sexta-feira, e sem pressa deixei que ela me apresentasse sua vida no Morro da Conceição, lugar para onde se mudou depois de casada com Seu Feijão. Entre fotografias, ela relembrou acontecimentos passados, falou de seu marido, sobre a paixão dele pelo morro e sobre os campeonatos de futebol que ele organizava no extinto *Esporte Clube Restauradores* – cuja sede ficava na Ladeira do João Homem. Contou-me sobre as disputas que se seguiram à criação do *Conceição Futebol Clube* – este localizado na Rua do Jogo da

⁴² Todos os dias, às 18h em ponto, ouve-se por todo o morro a Ave Maria tocada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. A Igreja fica na Rua do Jogo da Bola, bem ao lado do salão onde estávamos reunidas.

Bola – das torcidas organizadas pelas mulheres, dos torneios no campo do Cocão⁴³, da beleza das festas juninas, do empenho dos moradores para promover a procissão do dia oito de dezembro em homenagem à padroeira local e da criação do *Grêmio Recreativo Banda da Conceição*⁴⁴, responsável pelas festas de Carnaval que aconteciam no morro. *O morro de antes era muito mais alegre*, repetiu-me dona Elza diversas vezes.

Ao longo da conversa, notei que vez por outra dona Elza se referia aos laços de parentesco e afinidade entre os moradores mais antigos do morro, o que servia para caracterizar o local *como família*. Em seus relatos, ela ainda lembrava que na época de sua chegada, a Ladeira do João Homem concentrava muito mais a população do que qualquer outra rua e por isso a maioria das festividades aconteciam lá. Dizia ela que a “*Rua do Jogo da Bola recebia os recém-casados da João Homem e os novos moradores que chegavam*”. Mas com o passar do tempo, esse ambiente familiar aos poucos foi sendo descaracterizado tanto pelo fato de muita gente ter se mudado do morro, quanto pela chegada dos migrantes nordestinos que se estabeleciam por ali por motivos de trabalho e não se importavam tanto com a manutenção dessas *tradições*.

O tempo de moradia no Morro da Conceição servia, então, para classificar quem era *morador de dentro* e quem era *morador de fora*. *De dentro* eram considerados todos os que estavam ali a vida toda, aqueles que nunca tinham se mudado para outro lugar, estavam no morro desde o nascimento, casaram-se por ali, constituíram suas famílias e vínculos naquele lugar. Eram estes os *moradores mais antigos*, que detinham o conhecimento sobre as *tradições locais*, que guardavam *as histórias*, numa espécie de

⁴³ As histórias sobre os torneios que aconteciam no Cocão são de conhecimento público e são contadas com muita emoção tanto pelos moradores do morro, quanto pelos moradores da Saúde com quem pude ter contato. Conta-se até sobre famosos torneios que aconteciam entre o *Restauradores Futebol Clube* e o *CUBA (Clube da Rua Cunha Barbosa)*, mais conhecido time da região portuária. Atualmente, o Cocão está aos cuidados da 5ª Divisão de Levantamento. É mais um espaço usado pelo Exército para treinamentos físicos dos soldados. Os moradores que desejem utilizar o espaço precisam de uma autorização.

⁴⁴ Em sua organização inicial, a Banda da Conceição desfilou por apenas três anos, mas quando cheguei ao morro havia um movimento de retomada deste grêmio recreativo, o que será tratado logo mais à frente.

“memória coletiva” criadora de identidade, solidariedade e imaginário⁴⁵. Essas mesmas memórias seriam então as responsáveis por ativar as regras de pertencimento e exclusão.

De outra parte, *moradores de fora* seriam aqueles que não tinham nascido ali, *moradores mais novos*, geralmente (mas não apenas) migrantes nordestinos, que não estavam totalmente inseridos na sociabilidade local e que não partilhavam daquela memória coletiva. Contudo, para o caso dos *moradores de fora* existiam diversos “níveis de classificação” capazes de torná-los “mais próximos” ou “mais distantes”. Por exemplo, aqueles que moravam no morro há pouco tempo, mas que por ali construíam suas famílias eram considerados mais *de dentro* e, portanto, “mais próximos” do que aqueles que apenas moravam no local, mas não se preocupavam em estabelecer vínculos mais “sólidos”. Também eram considerados “mais próximos” aqueles que conseguiam se inserir nas redes de relações locais, participavam dos acontecimentos e defendiam o morro em caso de necessidade.

Era o caso, por exemplo, de Mário, Martin e Antônio Agenor que, na época em que apareceram os projetos de revitalização portuária e especulação turística do morro, manifestaram-se publicamente em defesa do local, chegando inclusive a publicar artigos⁴⁶ em jornais no sentido de se reafirmar a necessidade de preservação das sociabilidades e lógicas locais. Vale ressaltar que esse assunto será trabalhado de modo mais detalhado nos próximos capítulos.

⁴⁵ Parte desta “memória coletiva” é retratada no filme *Morro da Conceição*, de 2005, dirigido por Cristiana Grumbach. Para outras leituras sobre este mesmo assunto em outro contexto ver GODOI, E. P. 1999. *O Trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*, Campinas: Editora da Unicamp.

⁴⁶ Um dos artigos de Antônio Agenor Barbosa publicado em dezembro de 2008 encontra-se disponível em: <http://www.overmundo.com.br/oberblog/vizinhanca-invisivel>

Nascer no Morro da Conceição significava levar para a vida as marcas das sociabilidades e tradições⁴⁷ ali cultivadas e perpetuadas, por isso eram também considerados *de dentro* aqueles que foram “criados” no local, mesmo que já não fossem mais moradores. Era o caso de dona Carolina que não morava mais no morro, mas mantinha por ali suas relações de amizade, o que a tornava “mais próxima” do que muitos daqueles que realmente residiam no morro, mas não se preocupavam⁴⁸ com as particularidades dessa sociabilidade. Por outro lado, também existiam aqueles que embora estivessem no morro há anos, ainda faziam questão de assinalar que não eram dali. *Eu sou do Catumbi*⁴⁹, disse-me dona Elza em nossa conversa, *se não fosse o meu marido, eu nunca ia saber que esse morro existia*.

Embora dita de modo jocoso, a frase de Sr. Renê que serve de epígrafe a este sub-capítulo explicita que os critérios de classificação não eram estáticos e embora estivessem, de certa forma, subordinados ao tempo de moradia e aos laços de parentesco e afinidade, também dependiam das relações existentes entre as pessoas envolvidas em cada situação. Tais critérios eram configurados de acordo com os contextos e, portanto, não possuíam um sentido rígido. Os moradores do Morro da Conceição assumiam uma maneira própria de classificação que levava em conta categorias articuladas aos valores e ao “espaço social” em que se encontravam inseridos⁵⁰.

⁴⁷ Nesse texto, o termo tradição será tratado a partir das definições nativas que o entendiam como *conjunto de saberes e valores passados através das gerações*.

⁴⁸ Vale ressaltar que essa “preocupação” estava na fala daqueles que eram nascidos no morro e, portanto, classificados como “de dentro”.

⁴⁹ Bairro localizado na região central do Rio de Janeiro.

⁵⁰ Existem outros estudos desenvolvidos recentemente na antropologia que também abordam a heterogeneidade das classificações de “pertencimento” e “distanciamento” de determinados grupos, levando-se em consideração o contexto relacional. Para o caso Tupi Guarani, sugiro a leitura de Mainardi, C. 2010. *Construindo proximidades e distanciamentos: etnografia Tupi Guarani da Terra Indígena Piaçagüera/ SP*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos: SP. Para o contexto quilombola, sugiro a leitura de TOSTA, A. 2005. *Contando histórias: uma etnografia das narrativas e usos do passado em um povoado fluminense*. Dissertação de Mestrado. UFRJ/ MN – PPGAS, Rio de Janeiro.

1.5. O chá, um bolo e outros mapeamentos

Para o encontro seguinte com o grupo de mulheres eu havia decidido levar comigo um bolo para contribuir com o chá da tarde, como forma de me socializar. Quando me viram entrar com um prato de bolo nas mãos, elas me olharam admiradas. A reunião se passou mais ou menos como a anterior com a diferença que dessa vez dona Elza, de vez em quando, conversava comigo interessada em saber se as coisas que ela tinha me contado tinham sido úteis para a pesquisa.

Na hora do chá, levantei para buscar o bolo, coloquei a bandeja na mesa, exatamente como elas faziam, e perguntei se elas queriam que eu as servisse. Antes de dizer que aceitavam, elas me olharam e, quase que em coro, perguntaram se eu tinha comprado pronto. Respondi que eu mesma tinha feito, e na seqüência ouvi a seguinte pergunta: *Ué, mas ali onde você mora vocês cozinham?*

Percebi, então que elas sabiam exatamente onde eu morava, sabiam com quem eu morava e tinham construído uma determinada imagem sobre aquela casa onde, antes da minha chegada, residia uma mulher e dois homens⁵¹. Na continuação de suas justificativas, disseram ter sempre achado que naquela casa ninguém tivesse a *preocupação de cozinhar*. Aos poucos respondi que, apesar dos integrantes da casa não constituírem uma família⁵² como elas imaginavam, era uma casa como qualquer outra, com cozinha, panelas e comidas. Impressionadas com a “descoberta”, elas aceitaram o pedaço de bolo e logo continuaram a perguntar coisas sobre mim. “Tudo se passou como se tivesse tentado fazer da „participação“ um instrumento de conhecimento” (FAVRET-SAADA, 2005: p. 157), e a partir do momento em que eu havia aceitado “participar”, eu estava “experimentando aquele sistema, expondo a mim mesma” (Op. cit.), e isso significava ser também classificada na lógica local.

⁵¹ Érika, Marcelo e Mário.

⁵² Refiro-me à família nuclear tradicional, difundida no senso comum, composta por um pai, uma mãe e os seus filhos.

A indisfarçável curiosidade daquelas mulheres revelava o controle que exerciam sobre a circulação não só de pessoas, mas também de informações. Todavia, este controle não era apenas delas, as ações de todos os moradores sempre eram objetos da observação dos outros moradores (COMERFORD, Op. cit.). A observação direta sobre as ações dos vizinhos, a forma como eram construídas as narrativas acerca dessas ações e as classificações feitas a partir disso constituíam a lógica das reputações e, conseqüentemente, do controle.

O contato com aquelas mulheres e a maneira como, a princípio, fui tratada por elas reflete bem a maneira difusa como eu era vista ali no morro. Se na compreensão de Sr. Renê eu, claramente, era uma pesquisadora e isso fazia com que ele me levasse ao encontro de outras mulheres moradoras locais para desenvolver a pesquisa, para aquelas mulheres essa minha condição não era muito explícita, apesar das apresentações que fiz no primeiro dia em que estive com elas. Foi nessa oscilação entre ser a “pesquisadora” e ser a “visitante” das reuniões das quartas-feiras que a minha relação com aquelas mulheres foi sendo estreitada. Era no esforço de “participar” mais do que “observar” que eu descobria a vastidão de dinâmicas escondidas no interior das minúcias cotidianas.

Com o passar do tempo, fui descobrindo que aqueles encontros afáveis e quase que despretensiosos eram um meio de concentração e reprodução de informações. O controle exercido por aquelas mulheres não estava restrito à organização da Festa de Nossa Senhora da Conceição, a necessidade de situar novos atores no quadro da vizinhança local evidenciava o papel que elas exerciam na dinâmica da vida social. Havia um respeito investido a elas pelo resto dos moradores, marcando claramente a posição que ocupavam no morro. Esse reconhecimento estava pautado, basicamente, nas compreensões acerca do termo *tradição*, que deixavam transparecer certos códigos

de comportamento e assim, em determinadas ocasiões, aquelas mulheres expressavam um tipo de poder local, manifestado no status, no prestígio e na influência.

1.6. Cidade, favela e morro – uma tríade?

Os conflitos que emergiam das sociabilidades dos moradores do Morro da Conceição revelavam um esforço contínuo de “auto-preservação” que não se ligava nem à lógica das favelas, nem à lógica de uma cidade, entendida nas suas expressões urbanas. Misturado nesses dois mundos, o morro reforçava seu afastamento da lógica da favela⁵³ e das conotações negativas nela envolvida, mas era cotidianamente assediado por agentes “externos” que o vendiam como favela para angariar projetos políticos, como será mostrado nos capítulos seguintes. Da mesma forma, os moradores se dividiam entre a aceitação de coisas advindas da lógica das cidades, como as universidades (e a valorização do campus da UFRJ confirmava este ponto), e a reprovação de aspectos urbanos próprios das movimentadas metrópoles como o *estacionamento*, que se apropriava das ruas locais sem cautela, produzindo muitas tensões.

A cidade o invade pela lógica da revitalização e do urbanismo, a favela o substantiva pela via das reivindicações populares acionadas, por exemplo, nos discursos da comunidade quilombola e de um bloco carnavalesco preocupado em contemplar as demandas dos moradores da *parte de baixo*. Alternando entre classificações, o Morro da Conceição vai se revelando uma singularidade limiar, ritualizado a partir de uma movimentação entre o constituir-se favela *versus* cidade, costumes e tradições *versus* novas recuperações e protestos, “a ordem social está tão impregnada de julgamentos

⁵³ Ver VALLADARES, L. 2005. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.

morais que pode ser perturbada por qualquer falta de cumprimento de uma obrigação” (GLUCKMAN, 1929: p. 29 [apud] PINA CABRAL, 2000).

Como procurei mostrar ao longo deste capítulo, as sociabilidades no Morro da Conceição eram negociadas entre descendentes de portugueses e espanhóis, artistas plásticos, nordestinos, quilombolas, e muitos outros atores sociais que elaboravam diversas compreensões sobre o lugar onde viviam e em suas práticas cotidianas agenciavam tanto os conflitos próprios às relações de vizinhança, parentesco, solidariedade e políticas, quanto aqueles que os embrulhava em discursos oficiais vindos do Estado. É sobre os recursos encontrados por esses moradores para “equilibrar” todas essas “iniciativas sobrepostas” em nome da preservação das características locais, dos *usos* e *costumes* que tratará o capítulo seguinte.

Capítulo 2: Conflitos

“Esse morro é sorrisal” (Frigi)

Os conflitos são condição fundamental não só para a reprodução de reputações, como também são inerentes à vida social⁵⁴, por isso se tornam instrumentos reveladores de grande importância. Para o contexto do Morro da Conceição os conflitos acionam relações, significados e efeitos que não estão restritos à lógica interna local. Rixas pessoais, entre amigos e vizinhos apontam para a percepção de processos sociais maiores e com grande poder para os moradores:

“[...] todo conflito tem seu espectro de publicidade, cujos limites são alvos de tentativas de controle e que intervêm na forma como é vivido e

⁵⁴ MARQUES, A. C.; COMERFORD, J. C. & CHAVES, C. A. (2007). “Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito”. In: MARQUES, A. C. (org.) *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/ Funcap/ CNPQ – Pronex; Campinas, SP: Pontes Editora.

conduzido na sua evolução” (MARQUES; COMERFORD & CHAVES, Op. cit, p. 35).

No morro os conflitos não estavam restritos às classes, grupos ou unidades sociais definidos, pelo contrário, eram fluidos e podiam sofrer variações ao longo do tempo sem ter necessariamente uma resolução definitiva. Era a diversidade de pontos de vista nativos que os entendia como processos contínuos ou não. E era exatamente esta diversidade de perspectivas a responsável por dar pertinência e motivação necessárias à hierarquização de determinados conflitos. Tal hierarquização transformava os conflitos a partir de discursos mais claros, fofocas e silêncios que apenas os próprios moradores sabiam interpretar e por meio das quais compartilhavam opiniões e códigos capazes de reconhecer ou não os grupos (ou as partes) envolvidos em cada conflito, assim eram manipuladas fronteiras de pertencimento e unidade.

Embutidos nos discursos de intimidade e confiança encontravam-se os receios de desconfiança e traição, por isso a noção de unidade era sempre tão relevante para o desenrolar de cada conflito, do contrário um sucessão de conflitos menores poderia ser desencadeada, cada um deles ativado pela parte que se sentisse ameaçada. Foi isso o que percebi acontecer no âmago das sociabilidades retratadas no capítulo anterior e é a esses conflitos que o presente capítulo se dedica.

Muito embora eu saiba da dificuldade de separar o que seriam “conflitos internos” ao morro daqueles considerados “externos” – pois muitas vezes eles se encontravam totalmente misturados – tentarei separar os conflitos que ocorriam a partir das sociabilidades locais de outros que aconteciam a partir de relações externas, provenientes do contato com as políticas de revitalização propostas pela prefeitura municipal e pelo governo do Estado. Dessa forma, serão chamados “conflitos internos”

aqueles que envolviam a *VOT* e a *Comunidade da Pedra do Sal*⁵⁵, a *Banda da Conceição* e o *Projeto Mauá*. Serão tratados como “conflitos externos” o *Projeto Porto Cultural*, bem como as propostas dirigidas pelo Programa Monumenta com suas políticas de patrimonialização e incentivo ao turismo no morro, e o *Projeto Morro da Conceição: onde tudo começou* desenvolvido como campanha eleitoral por um candidato à vereador.

Os conflitos internos

2.1. A Festa Junina do Adro – cenas e impressões

Desde o meu retorno ao Morro da Conceição em 2008 já não se ouvia tantos comentários sobre a disputa territorial travada entre a *VOT* e a *Comunidade da Pedra do Sal*, a grande maioria dos moradores com quem convivi cotidianamente fazia silêncio quando eu perguntava detalhes sobre a referida tensão⁵⁶. Os poucos comentários que surgiam eram sempre de reprovação ao conflito como um todo, pois “*errados estavam tanto a VOT por se envolver nessas confusões, quanto aqueles que queriam transformar o morro em quilombo*”. A compreensão sobre o que propunha a *Comunidade da Pedra do Sal* não era clara para a maioria desses moradores, e nesse ambiente de incertezas o que se reforçavam eram os preconceitos e o medo das intervenções do Estado que pudessem estar escondidas nos discursos de ambas as partes.

O temor de serem associados a possíveis descendentes de escravos era nítido nos discursos daqueles que se classificavam como descendentes de portugueses: “*Aqui nunca teve comunidade Pedra do Sal, eles estão querendo tomar o morro que sempre foi uma colônia portuguesa*”, disse um morador. Em reunião com alguns pais de alunos

⁵⁵ Este conflito especificamente tem sido retratado desde o início deste texto.

⁵⁶ Ressalto, entretanto, que alguns de meus interlocutores nunca se furtaram a tecer seus comentários sobre essa disputa no sentido de me fazer conhecer o enredo do conflito, embora deixassem claro não ter um posicionamento em relação a ele.

a *VOT* anunciou que o objetivo da *Comunidade da Pedra do Sal* era o fechamento da escola: “*O frei disse que os quilombolas queriam fechar a escola. Eu era a favor deles, mas agora fiquei dividida, porque todos os meus filhos e netos estudaram ali. A escola é excelente, e eles ainda oferecem atendimento médico, dentistas e cursos profissionalizantes [...]*”, é a fala de uma moradora que foi reproduzida no jornal o Estado de São Paulo em agosto de 2007⁵⁷.

O silêncio desvendava, então, um conflito capaz de colocar em risco certas tradições (já descritas no capítulo anterior), assim como evidenciava que o conflito entre a *VOT* e a *Comunidade da Pedra do Sal* não se encontrava em pleno desenvolvimento, por mais que isso não significasse sua resolução ou desaparecimento. As tensões dessa disputa davam-se agora de forma mais sutil, sussurrada em situações cotidianas, que eram revestidas, por sua vez, de fortes códigos morais, difíceis de serem acessados. Até mesmo o contato com Damião Braga e Frei Eckart Höfling, representantes diretos de cada uma das partes envolvidas, foi complicado.

Até o fim do campo não consegui contato com o Frei Eckart Höfling, nem com outros representantes que respondessem pela *VOT*. Já com a *Comunidade da Pedra do Sal*, num primeiro momento tive um contato rápido e informal com Luiz Carlos Torres, Marilúcia da Conceição Luzia e com sua filha Mayara. O contato com Damião Braga nesse período esteve reduzido a uma conversa telefônica. Contudo, como abordarei no próximo capítulo, em dezembro, na ocasião da Festa do Dia Nacional do Samba, pude encontrá-lo pessoalmente.

Com a intenção de observar mais de perto as relações entre os moradores do morro e a *VOT* decidi participar da festa junina do colégio, um evento aberto a todos os moradores. Surpreendentemente, não reconheci quase ninguém entre os presentes.

⁵⁷ Para maiores detalhes sobre esses discursos que foram reproduzidos em jornais e revistas de grande circulação ver os Anexos.

Quando perguntei a uma professora sobre as crianças do Morro da Conceição, fui informada que a maioria delas tinha participado da primeira quadrilha e, talvez por isso, já tivessem ido embora. Optei por continuar ali por mais algum tempo, o suficiente para ouvir o pronunciamento da coordenadora pedagógica dando boas-vindas aos pais e ao pessoal da *comunidade* do Morro da Conceição que ali se encontravam. Em seu discurso, ela agradecia o apoio dado pelos mantenedores⁵⁸ do colégio e fazia alguns incentivos para que os pais continuassem a participar ativamente da educação de seus filhos.

Pude perceber que muitos dos moradores do morro não gostavam da maneira como a diretoria da escola tratava as crianças quando se referia a elas como sendo *crianças da comunidade*. No entender deles havia uma conotação pejorativa no termo *comunidade* que associaria o morro a uma *comunidade carente*, denominação bastante usual para as favelas, o que provocava certos constrangimentos. Todavia, esse discurso comprovava a postura assistencialista do trabalho da VOT que desenvolvia, também, um projeto de “humanização do bairro” nos arredores do morro.

Na saída da festa, percebi que alguns pais reclamavam das medidas tomadas pela escola nos últimos tempos. Dentre eles estava Sílvio, com quem tive a oportunidade de conversar alguns dias depois. Ele me disse que tinha três filhos, dois em idade escolar que estavam regularmente matriculados na escola da VOT. O filho mais velho tinha sido aceito desde a época da pré-escola sem muitos problemas, mas com o segundo as coisas não correram da mesma forma. A escola não permitiu a matrícula do garoto, alegando

⁵⁸ A VOT recebe financiamento de instituições internacionais interessadas em promover o desenvolvimento de comunidades carentes tais como Missionszentrale der Franziskaner, Rotary Internacional e Rotary Clubes, Fundação Rotária, Fundação Sonja Kill, Comunidade Européia, Governo da República Federal da Alemanha, Governo da Baviera, Associação de Amigos Padre Eckart, Obra Papal, Caritas, Clube da Alemanha e Rio de Janeiro e Ação dos Operários de Oberhausen. Os Centros Comunitários são mantidos com a colaboração administrativa e pastoral das Irmãs Franciscanas de Dillingen. Essas informações foram retiradas de GUIMARÃES, R. S. 2008. *Discursos de visibilidade e novos usos do território: o caso da Pedra do Sal (RJ)*. Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, e de: <http://www.vot.com.br/index.php>.

que todas as vagas da Educação Infantil já estavam preenchidas e, portanto, ele teria que procurar outra escola. Depois de alguns transtornos provenientes da busca por outro colégio, finalmente Sílvio e sua mulher matricularam o filho mais novo em uma escola um pouco distante do morro.

No início do ano letivo, Sílvio percebeu que as crianças que preenchiam as vagas da Educação Infantil no colégio da *VOT* não eram moradoras da região, muito menos do morro onde estava localizada a instituição de ensino, pois sempre chegavam de carro, o que significava que vinham de longe. Revoltado com a constatação, esse morador resolveu procurar novamente a direção do colégio para dizer que aquele tipo de ação não condizia com o discurso da ordem religiosa de prezar pelos alunos moradores do morro e da região⁵⁹. Disse-me ter sido muito mal recebido pela direção do colégio nesta ocasião, e decidiu tomar uma providência mais séria. Acompanhando os recados trazidos pelo filho mais velho, descobriu que representantes do Rotary Clube da Alemanha visitariam a escola em breve, então, mandou fazer uma faixa com dizeres que expunham o desrespeito da instituição para com os moradores do morro, e a pendurou em frente ao colégio no dia da visita do Rotary. Depois disso, disse ele que foi convidado a comparecer novamente à direção da escola que se desculpou pelo mal-entendido e concedeu uma vaga ao seu filho mais novo.

O relato de meu interlocutor apontava que as ações da *VOT* eram consideradas *injustas e reprováveis* por alguns moradores. Tais *falhas não condiziam com o caráter de uma instituição religiosa*. Assim, percebi que as argumentações e os discursos vindos da *VOT* não tinham tanto efeito e validade entre alguns dos moradores locais, o que acabava comprovando a dificuldade de posicionamento deles no âmbito do conflito travado com a *Comunidade Quilombola*. Se nas narrativas⁶⁰ da *VOT* a presença da

⁵⁹ Esses discursos podem ser vistos nas reportagens que se encontram no Anexos.

⁶⁰ Ver reportagens nos Anexos.

Comunidade significava uma ameaça às suas obras sociais – até mesmo a escola corria o risco de ser fechada – em suas ações a referida ordem religiosa comportava-se de maneira divergente, embora territorializada ali, a escola por ela administrada mantinha agenciamentos próprios para além do morro.

2.2. A Banda da Conceição – discursos de velhas tradições e novos conflitos

Como anunciava a conversa com dona Elza descrita no primeiro capítulo, *o morro de antes era muito mais alegre*. Um dos motivos dessa alegria era a *Banda da Conceição* que, fundada em 1976, tinha sido responsável pela organização do Carnaval do morro por três anos, sempre sob os cuidados de Seu Feijão. A proposta de resgatar banda apresentava a possibilidade de *se reviver uma época em que o morro tinha sido muito mais unido*, dizia Frigi, sobrinho de Seu Feijão e principal articulador deste projeto.

Com o objetivo de *recuperar* o antigo grêmio recreativo⁶¹, alguns moradores do morro organizavam reuniões, às quais participei algumas vezes. De modo geral, os *participantes* debatiam sobre formas de se levantar recursos para que a banda pudesse participar do Carnaval de 2009, retomando sua posição no contexto dos blocos carnavalescos cariocas. Com este propósito a banda ocupava-se com a organização de algumas festas para os moradores locais⁶². Em sua maioria, aqueles que se diziam *participantes* da *Banda da Conceição* eram moradores com quem eu já tinha tido contato, inclusive Sílvio que, em meio aos outros integrantes, era quem dizia com

⁶¹ Ressalto que o *Grêmio Recreativo Banda da Conceição*, a partir de seu estatuto, definia-se como uma comissão de organização de eventos, sem fins lucrativos.

⁶² A banda foi responsável pela organização de duas festas juninas bastante significativas no contexto local para expressar este “movimento de recuperação”. Considero essas duas ocasiões como momentos marcantes tanto para aqueles que se apresentavam como *participantes da banda*, quanto para o restante da população do morro que acabou sendo envolvida por esse projeto.

clareza os motivos de sua presença naquele “movimento de recuperação”, expondo sem receios suas opiniões.

Sílvio dizia das suas experiências como morador do Adro da Igreja de São Francisco da Prainha⁶³, região central do morro, onde se concentravam as casas de propriedade da VOT e onde se desenrolava parte do conflito com a *Comunidade da Pedra do Sal*. Em seu discurso separava o morro entre *parte de cima* e *parte de baixo*, um recorte físico, mas bastante esclarecedor das diferentes sociabilidades existentes ali. Segundo ele, a *parte de cima*, concentrada entre a Rua do Jogo da Bola e a Ladeira do João Homem, aproveitava mais os eventos promovidos pela banda. Sílvio reforçava que os *estilos de vida* bem como o *poder aquisitivo* dos moradores eram muito diferentes em cada uma das *partes do morro* e que, de acordo com seu ponto de vista – que, por sua vez, ancorava-se no território onde morava – o morro carecia de *momentos de lazer e de uma maior integração entre seus moradores*.

A gente lá de baixo nem tem acesso a tudo que se vive aqui em cima, parece outro mundo. É por isso que a banda tem que se preocupar com essas coisas, tem que se espalhar mais, tem que ir lá pra baixo e tem que trazer quem tá lá embaixo aqui pra cima. (disse Sílvio em uma das últimas reuniões da banda em que participei).

As colocações de Sílvio causaram-me certo estranhamento. Para além das especificidades inerentes a cada região, o discurso que acionava as divisões do morro em partes assumia o formato de um regime de “exclusão” que, ao seu modo, descortinava negociações de poder e agenciamentos em busca de territorializações. Assim, se a intenção da banda era promover *momentos de lazer* para os moradores do morro, era preciso um novo exame acerca das ações e dos planejamentos a serem

⁶³ O Adro está localizado na continuação da Rua Mato Grosso no sentido da R. Sacadura Cabral. Ver mapa na página 11.

seguidos. Havia uma vastidão de dinâmicas escondidas no interior daquelas minúcias cotidianas que o discurso de Sílvio trouxe à tona. Às minhas observações etnográficas cabia, então, duvidar da “legitimidade” da banda junto à população local e perceber que por trás dos discursos de “harmonia” e *integração* escondiam-se conflitos agudos por vezes maquiados pela relevância dada às formas de sociabilidade.

2.3. Os artistas plásticos, outras aspirações, outros projetos

No início do mês de julho de 2008, depois de algumas explicações sobre o que se tratava a minha pesquisa etnográfica, os artistas plásticos do Morro da Conceição permitiram que eu participasse de uma de suas reuniões. Naquela circunstância, alguns representantes da *Banda da Conceição* também estavam presentes. Envolvidos com a organização do *Projeto Mauá*, os artistas discutiam também sobre mobilizações maiores pelas quais passava a zona portuária, onde estava localizado o morro, e que até aquele momento não me eram claras. A necessidade de divulgação daquele circuito artístico os inseria no contexto dessas outras mobilizações, o que estimulava o debate sobre o que se podia esperar do *Projeto Mauá* daquele ano.

Assim, os artistas dividiam-se entre questões de ordem prática – como as articulações necessárias para que o evento pudesse ser realizado, o público que se pretendia atingir, o lugar que um projeto como aquele começava a ocupar no cenário mais amplo dos eventos artísticos da cidade – assim como também se preocupavam com as negociações que deveriam acontecer internamente ao morro, no contato com os moradores⁶⁴. Em meio às acaloradas discussões sobre o contato entre os artistas plásticos e os demais moradores, as opiniões eram muito divergentes. Especificamente, existiam três pontos na pauta daquela reunião que geravam muitos comentários: a data

⁶⁴ O *Projeto Mauá* lotava as ruas do morro com visitantes vindos de toda parte e isso, eventualmente, interferia na vida dos moradores locais que se *incomodavam* com o número de pessoas.

em que aconteceria o evento, o uso da palavra “morro” na divulgação do circuito artístico e as mobilizações da zona portuária.

Na tentativa de não causar muitas indisposições com os outros moradores, alguns artistas sugeriram que o *Projeto Mauá* fosse realizado na mesma data da Festa de Nossa Senhora da Conceição, momento em que grande parte do morro já estava preparada para receber um público visitante. Desde o ano de 2007, essa havia sido a “estratégia” encontrada para diminuir os comentários de censura dos demais moradores. E ainda, na ocasião, os artistas propuseram uma parceria com o grupo de mulheres *Eterna Juventude*, para que elas viessem a se juntar ao evento com o bazar que costumeiramente organizavam para o dia da procissão em homenagem à padroeira. Tendo em vista o sucesso do ano anterior, para o evento de 2008 os artistas decidiram convidar também a *Banda da Conceição* para compor o programa de atividades.

Contudo, a concentração de eventos tão distintos em uma mesma data causava desentendimentos entre os próprios integrantes do grupo de artistas, assim como não agradava a muitos moradores. Na visão de algumas pessoas, por se tratar de uma tradição religiosa, as comemorações de Nossa Senhora da Conceição tinham um *caráter sagrado* que não deveria ser violado por visitantes que estavam ali apenas por *especulações turísticas e comerciais*⁶⁵.

No que dizia respeito à divulgação do evento, alguns artistas acreditavam que anunciar que o *Projeto Mauá* acontecia no Morro da Conceição poderia gerar muitas *críticas e obstáculos*. A recorrência da associação entre a palavra “morro” e a idéia de favela poderia *afastar o público* prejudicando a realização do circuito artístico. Nesse sentido, alguns artistas sugeriam que a divulgação fosse feita usando o nome *Alto da*

⁶⁵ O bazar do grupo de mulheres não cabia nesse tipo de avaliação e comentário porque era algo que acontecia *tradicionalmente* na intenção de se arrecadar dinheiro para as procissões dos anos seguintes, de tal maneira que, antes da união dos eventos, a maioria dos artesanatos era vendida mais para os moradores locais, como forma de ajuda à festa da padroeira, do que para os visitantes.

Conceição, em vez de morro, e outros pensavam em levar essa proposta adiante para que efetivamente o nome do local fosse mudado. *Não se vence um preconceito com outro preconceito*, dizia irritado o artista plástico Guenther Leyen. Em adição à fala de Guenther, outros artistas diziam que uma ação como aquele demonstrava apenas um *profundo desconhecimento da lógica local*. Frigi, representando a *Banda da Conceição*, aproveitou o momento para questionar o que os artistas pretendiam com um evento daquele tamanho, *com tanta abertura e exposição do morro*. Como resposta aos seus questionamentos ouviu de alguns participantes do *Projeto Mauá* que a *comunidade* do Morro da Conceição precisava ser *mais flexível* para receber um evento como aquele que não só *“proporcionaria lazer aos próprios moradores como também faria do morro um lugar mais conhecido pelos próprios cariocas”*.

Frigi completou dizendo que a população local necessitava mesmo de momentos de lazer, por isso ele liderava o “movimento de recuperação” da banda, todavia isso não significava nem que a população fosse *carente*, nem que o morro precisava ser aberto a um evento tão enorme para incorporar toda a zona portuária e mais todos os outros visitantes, por tais motivos ele não entendia a necessidade de se trocar o nome do lugar para *Alto da Conceição*. Na continuação das discussões, o artista plástico Marcelo Frazão falou sobre as propostas de “revitalização” da zona portuária:

“Já de saída não concordo com este termo “revitalização”, só se revitaliza o que está morto e a zona portuária está viva, muito viva!”

Exatamente por não ser claro o que se escondia por trás do termo “revitalização”, os participantes daquela reunião entendiam que era preciso acompanhar as propostas de recuperação daquela área e isso deveria ser do interesse de todos os integrantes do *Projeto Mauá*, para frisar a existência de tal evento artístico-cultural na região, assim como deveria ser preocupação de todos os moradores do Morro da

Conceição, pois o posicionamento claro frente às políticas de reforma permitiria uma maior participação no processo.

Por mais divergentes que fossem os entendimentos entre os artistas plásticos e os outros moradores acerca da “abertura e exposição” do morro, havia um interesse comum no que se referia às propostas de revitalização da zona portuária. Era preciso marcar a posição e a existência do morro naquele contexto de reformas, assim como também era necessário assinalar o pertencimento ao local. Mais do que isso, era preciso avaliar quais seriam os limites daquelas intervenções de modo a reduzir os impactos para os moradores. Entretanto, apesar das opiniões serem convergentes nesse ponto, as ações de exposição do morro a partir do *Projeto Mauá* criavam conflitos. E como este evento tocava em questões mais “profundas” das tradições locais, como a Festa de Nossa Senhora da Conceição, e atingia uma rede maior de atores (participantes da banda, grupo de mulheres) os conflitos reverberavam de forma mais explícita.

Assumindo um formato público, esses conflitos colocavam-se como divisa das relações entre os diversos agrupamentos que surgiam pelo Morro da Conceição e também serviam para classificar e refletir sobre os próprios atores. As sociabilidades serviam como pano de fundo para o surgimento de conflitos desse tipo porque possuíam uma dinâmica que realçava as tensões.

Os conflitos externos

2.4. O Porto Cultural e suas políticas

Do contato com os artistas plásticos do Morro da Conceição descobri a existência de um *movimento de cooperação cultural* na zona portuária, liderado por Maurício Nolasco. A proximidade das eleições e o aumento das propostas políticas

voltadas à revitalização da zona portuária⁶⁶ transformaram-se em motivo para que uma rede de cooperação entre as entidades culturais e comunitárias da região fosse criada. Essa rede se responsabilizaria primeiro pelo levantamento das demandas sociais e culturais de cada instituição presente naquela área, e depois pela elaboração de um *Plano de Ação Cultural* para a zona portuária – o que viria a ser o *Projeto Porto Cultural*.

Em meados do mês de agosto foi realizada a reunião⁶⁷ do *Projeto Porto Cultural*, com o objetivo de organizar um calendário com as datas dos eventos culturais coletivos que aconteciam na zona portuária, incluindo o *Projeto Mauá*. Tal reunião contava com a presença de líderes sindicais do cais do porto, representantes de associações de moradores dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, pessoas do Centro Cultural José Bonifácio, o dirigente da Associação Recreativa Afoxé Filhos de Gandhi, representantes do bloco carnavalesco Escravos da Mauá, representantes do CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher), donos de bares da região, a coordenadora do Instituto Pretos Novos, muitos fotógrafos e jornalistas, moradores dos morros do Pinto, Providência e Conceição (representado nessa situação por pessoas da *Banda da Conceição* e alguns artistas plásticos).

Do ponto de vista de parte daquelas pessoas presentes, o movimento que se iniciava a partir do contato entre as entidades culturais e comunitárias da região precisava de organização, funções definidas, articulações políticas interessantes e divulgação. Durante a reunião era possível perceber divergências de interesses entre as falas do dirigente da reunião e dos representantes das associações de moradores. Enquanto o primeiro buscava a criação de um *comitê gestor* que contasse com a ajuda de consultores e técnicos para implantação do projeto – no sentido de se estabelecer um

⁶⁶ Destaco especificamente as propostas de Marcelo Crivella (PRB) com o projeto “Cimento Social” e Eduardo Paes (PMDB) com o plano de reforma urbana que começaria pela zona portuária.

⁶⁷ Esta reunião aconteceu no Centro Cultural Batucadas Brasileiras.

empreendedorismo cultural – os outros estavam mais interessados em firmar sua presença naquela região, estabelecendo relações de *solidariedade* e *cooperação* como forma de se *preservar a memória* do lugar e a *atual ocupação populacional*.

“Já ouviram a comunidade local?

Espero que antes de fazerem qualquer proposta tenham o devido respeito por aqueles que vêm suportando o abandono, o relaxamento e o desleixo de tantos governos, por tantos anos.

Não agüentamos mais a arrogância de governantes que se acham acima de qualquer responsabilidade social e acham que podem fazer o que bem entenderem, só porque foram eleitos, deixando relegados ao abandono milhares de CIDADÃOS porque seus interesses políticos não foram atendidos”⁶⁸.

Foi o que escreveu Carlos Machado, presidente do Afoxé Filhos de Gandhi, no blog do Movimento Porto Cultural alguns dias depois da referida reunião. Naquela circunstância, Machado comentava a entrevista publicada no Jornal O Dia, de seis de agosto de 2008, sobre os planos dos candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro para a revitalização da zona portuária. Bastante esclarecedoras, as palavras de Machado refletem a maneira como a maioria dos moradores da zona portuária manifestaram suas opiniões sobre o Porto Cultural no dia da reunião aqui relatada.

Apesar das diferenças entre o que propunha o dirigente da reunião e o que manifestavam os moradores presentes, o fortalecimento de um projeto como aquele poderia ser interessante para a zona portuária. Tais questões acerca da revitalização deram seqüência aos desdobramentos políticos no Morro da Conceição.

⁶⁸ Disponível em http://movimentoportocultural.blogspot.com/2008/08/pergunta-do-dia-como-desenvolver-zona_14.html

As mobilizações que aconteciam pelo “lado de fora” do morro começavam a ser incorporadas nas conversas cotidianas chegando, por vezes, a adentrar as discussões internas aos grupos já apresentados nesse texto. Essas discussões deram abertura para que algumas pessoas comesçassem a polarizar conflitos na medida em que assumiam posições de liderança e passavam a falar em nome dos outros. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o projeto *Morro da Conceição: onde tudo começou*.

2.5. *Morro da Conceição: onde tudo começou* – outras faces das negociações políticas

Entre debates sobre representação e legitimidade política, a proximidade das eleições trazia à tona discursos sobre os candidatos à prefeitura do Rio. Individualmente, alguns moradores começavam a expressar suas preferências e com o passar do tempo, começaram a aparecer faixas e cartazes pelo morro com os nomes de alguns candidatos. Durante um almoço no armazém da Rua do Jogo da Bola ouvi, pela primeira vez, um discurso sobre a necessidade de se *votar conscientemente tendo em vista as mobilizações que começavam a acontecer pela zona portuária afora*. O bar estava cheio e, de repente, alguém cogitou a possibilidade de se trazer alguns candidatos ao Morro da Conceição para que falassem pessoalmente. A intenção era descobrir como se organizava o plano de revitalização daquela área e em que medida o morro estava inserido naqueles projetos.

Se um posicionamento deveria ser tomado diante das eleições que se aproximavam e dos projetos que envolviam a zona portuária no âmbito municipal, os participantes da *Banda da Conceição* começaram a refletir sobre a necessidade de se estabelecerem de modo mais objetivo como grupo de representação dos interesses dos moradores do morro. As reuniões de organização do referido grêmio recreativo

passaram então a lidar com aspectos mais burocráticos, como a releitura do estatuto da agremiação, a criação de um calendário de eventos, eleições da diretoria administrativa e outras providências que iam nesse sentido. Na efervescência das eleições municipais, em determinada reunião, Sílvio apresentou aos outros integrantes da banda um projeto de apoio ao candidato à vereador Wanderley Mariz (DEM).

Intitulado *Morro da Conceição: onde tudo começou*, tratava-se de um projeto turístico patrocinado pela Secretaria Municipal do Turismo do Rio de Janeiro e executado pela ONG ECOS (Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais)⁶⁹. O objetivo era o fomento de atividades sócio-educativas que *resgatassem* parte da história e cultura do Rio de Janeiro, com o propósito de geração de trabalho e renda, e também a elaboração de um novo roteiro turístico a ser explorado. Dentre as atividades sócio-educativas propostas pelo projeto estavam oficinas de dança, capoeira e percussão.

Sílvio entendia que oficinas como essas poderiam ser de grande utilidade, pois se as crianças e os adultos do morro comessem a aprender a tocar percussão, a banda não precisaria contratar músicos para a realização das festas e eventos. Além disso, se a banda apoiasse o desenvolvimento do projeto, poderia se envolver de modo mais amplo com *os moradores das várias partes do morro* e contemplar de modo satisfatório a população local, ganhando, inclusive, novos integrantes.

Segundo Sílvio, um projeto como aquele seria, então, uma estratégia para se diluir fronteiras e conseguir novos recursos junto à prefeitura. Porém, se a princípio a idéia parecia interessante aos participantes da banda presentes naquela reunião, por outro lado significava a vinculação direta do grêmio recreativo a um candidato político, o que poderia trazer outros tipos de problemas nas questões de representação perante os moradores do morro. Na intenção de refletir sobre as proposta apresentadas por Sílvio, naquele primeiro momento os participantes da banda que estavam presentes aceitaram a

⁶⁹ Maiores informações sobre a ONG ECOS disponíveis em <http://www.ecos-ong.com.br/at2008.htm>

apresentação dos alunos das oficinas de percussão nos eventos em que a banda participasse.

Interessada em conhecer mais sobre aquele projeto, resolvi participar junto com o grupo Eterna Juventude de uma excursão ao Cristo Redentor organizada por Sílvio. De acordo com a organização do passeio, antes de sair do morro, o projeto ofereceria um café da manhã aos inscitos e depois seguiríamos para o bairro Cosme Velho. No dia do passeio, encontrei Sílvio e outras pessoas do morro em um dos casarões do Largo de São Francisco da Prainha.

Pouco antes do café, um representante da ONG ECOS começou um discurso de apresentação do candidato Wanderley Mariz que havia proporcionado todo aquele evento. Este senhor falou sobre a atuação do candidato, de sua política de incentivo ao turismo, *principal setor de geração de empregos no Rio*, da importância histórica que existia escondida naquela região portuária, embora fosse *uma região muito carente*. Salientou, ainda, que um passeio como aquele pretendia diminuir as *diferenças culturais e promover uma nova integração* entre os moradores daquela área e os moradores da zona sul da cidade, e que incentivar o turismo naquela região seria uma forma de se gerar empregos para grande parte dos jovens que ali viviam. Algum tempo depois, o próprio candidato passou a discursar sobre a importância do Morro da Conceição e da zona portuária para o desenvolvimento da cidade.

Daquele passeio participaram pessoas das mais variadas *partes* do morro, o que demonstrava que muitos moradores, assim como eu, também se interessavam em saber detalhes sobre o projeto divulgado por Sílvio. Como pude observar a partir das falas nativas, o projeto *Morro da Conceição: onde tudo começou* era considerado “assistencialista”, e se os moradores consentissem com aquelas propostas, a idéia que associava o morro a uma *comunidade carente* poderia ser reforçada. Na visão de grande

parte dos moradores da *parte de cima*, as ações de Sílvio transformavam o morro em favela e desqualificavam as tradições locais, por isso era preciso observar os desenvolvimentos daquele projeto com cuidado. Entretanto, como já tinha exposto Sílvio em outro momento, o *poder aquisitivo* e o *estilo de vida* entre os moradores da *parte de cima* e da *parte de baixo* do morro eram bem diferentes.

2.6. O IBAM

“Se o turista subir o Morro da Conceição e não deixar R\$ 2,00 de uma coca-cola, ele não cumpriu função nenhuma” (Coordenadora da Reunião do IBAM).

O projeto *Morro da Conceição: onde tudo começou* tornou mais evidentes as especulações turísticas sobre o morro, as relações de poder alcançavam proporções inimagináveis ao começo da pesquisa e os conflitos espalhados por toda parte apontavam para um universo mais vasto. A proximidade das eleições e os diversos conflitos tecidos nas intrincadas sociabilidades locais contribuíam com a potencialização das tensões.

Em um dos encontros com o grupo das mulheres, fui surpreendida com a chegada de dois pesquisadores interessados em saber detalhes sobre o local e sobre a história dos prédios mais antigos do morro. Com seus formulários, eles entrevistavam as mulheres sem se preocupar com a minha presença. Perguntavam sobre as origens daquele grupo, sobre os artesanatos que eram feitos por elas e sobre as relações da Festa de Nossa Senhora da Conceição com o *Projeto Mauá*, pois os eventos estavam marcados para acontecer no mesmo final de semana.

Depois de alguma insistência minha e das mulheres, os pesquisadores revelaram que eram contratados pelo *IBAM*⁷⁰ (Instituto Brasileiro de Administração Municipal)

⁷⁰ O *IBAM* é uma organização não-governamental voltada ao desenvolvimento de estudos e pesquisas que busquem o fortalecimento municipal.

para desenvolver uma pesquisa sobre um projeto de turismo que seria desenvolvido na zona portuária. Aquela pesquisa fazia parte de um projeto maior coordenado pelo *Programa Monumenta* – um plano de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Naquela ocasião, o *IBAM* apenas prestava um serviço ao programa do governo federal.

As especulações sobre o território da zona portuária, incluindo aí o bairro da Saúde e o Morro da Conceição, eram cada vez maiores por parte das políticas de desenvolvimento do turismo como fonte principal de geração de emprego e renda no contexto carioca. As novas propostas de revitalização expostas pelos candidatos à prefeitura, principalmente por Eduardo Paes, geraram um aumento considerável do número de ações interessadas no desenvolvimento de novos projetos e, ao mesmo tempo, estimularam o desenvolvimento de discursos de “pertencimento” e “permanência” de grande parte dos moradores locais.

O surgimento dos grupos no contexto do Morro da Conceição estava sujeito a uma dinâmica de conformação e reestruturação que só fazia sentido se observada à luz do processo relacional. Neste caso, as relações se davam a partir da lógica de exploração do território da zona portuária, e não exatamente de uma marcação étnica. Dessa maneira, aqueles grupos não poderiam ser entendidos como unidades sociais preexistentes, pois a cada nova situação eles assumiam outro formato e mobilizavam outros atores.

A efervescência de um sorrisal, como anuncia a frase de Frigi citada no início deste capítulo, é uma imagem interessante para mostrar que o aparecimento e o “sumiço” dos grupos do morro dependiam da pertinência dos conflitos para o contexto

local. Os conflitos eram, então, o próprio fator de reprodução desses grupos e, conseqüentemente, de outros conflitos.

Capítulo 3: Os desdobramentos

“There are many ways in which people can express their affections for the town, and of these some must inevitably clash” (HERZFELD, 1947: p. xiii).

Este capítulo tratará dos desdobramentos dos conflitos apresentados anteriormente, com o objetivo de dar continuidade às reflexões sobre as relações que envolviam o território da zona portuária e atingiam os moradores do Morro da Conceição sobremaneira. Para tanto, tomarei três momentos específicos como fio condutor da análise que aqui se pretende, são eles: o Dia Nacional do Samba, a Festa de Nossa Senhora da Conceição e o final de semana em que ocorreu o *Projeto Mauá*.

O que se deseja aqui é mostrar que os moradores do morro, entendidos como atores sociais no contexto em que vivem, refletiam sobre seus recursos simbólicos e traduziam seus pensamentos em ações políticas bastante articuladas. Mais do que isso, pretendo mostrar como a divisão do morro em *partes* desvendava negociações de poder que, por sua vez, legitimavam ações de interesse e liderança.

As propostas políticas vindas do Estado muitas vezes entendiam o morro como espaço privilegiado para o desenvolvimento de “comércio turístico” (nesse ponto escondiam-se os projetos de patrimonialização), e colocavam à mostra a vida daqueles moradores como um “atrativo” rentável. Tal processo de “folclorização” do morro, propagandeado a um segmento público específico, não levava em conta as capacidades locais, tanto físicas, quanto sociais. Em resposta a essas ações quase sempre ofensivas,

os moradores manifestavam-se por meio de ações políticas cada vez mais ativas, o que inevitavelmente gerava conflitos.

Como será retratado no decorrer do presente capítulo, a “invasão” turística no dia da procissão em homenagem à padroeira local gerou mobilizações no morro como um todo e trouxe à tona opiniões e experiências usualmente ignoradas nas discussões das “elites” locais, o que proporcionou uma nova negociação das tradições e sociabilidades⁷¹. Em uma reunião organizada no salão da Igreja, muitos moradores, em consenso, declaram “*estado de vigília*” frente às ações externas que incidiam sobre a vida local. “Estes atores, com visões muitas vezes antagônicas, operacionalizam seus discursos no sentido de definir e legitimar suas posições no *campo* de disputa” (p. 144) escreve Mota (2003) para o contexto de conflitos que envolviam os moradores da Ilha da Marambaia, tal consideração também é válida para os meandros da vida cotidiana experimentada no Morro da Conceição.

3.1. O Dia Nacional do Samba

A *Comunidade Quilombola da Pedra do Sal* era responsável pelo desenvolvimento de um projeto para a comemoração do Dia Nacional do Samba (dois de dezembro), intitulado *Projeto Sal do Samba – Tributo à Donga, João da Baiana e Sinhô*, as festividades eram iniciadas por volta das 6h da manhã e a programação contava com a lavagem da Pedra do Sal feita pelo Afoxé Filhos de Gandhi, rodas de samba que aconteciam ao longo do dia e uma feijoada preparada pela própria Comunidade no horário do almoço. Tal projeto havia sido criado em 2003 por Damião Braga e tinha por objetivo:

⁷¹ Neste ponto, faço alusão à teoria desenvolvida em HERZFELD, M. 1947. *A place in history: social and monumental time in a Cretan Town*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press

“resgatar e divulgar a cultura do samba, entendida enquanto manifestação popular de resistência cultural, em particular da população afro-carioca”⁷²

Dessa forma, o projeto fazia parte da luta pela preservação das *referências culturais* da *Comunidade Quilombola* e atraía uma grande quantidade de visitantes. Era um momento em que a Pedra do Sal ganhava a mídia⁷³ e, exatamente por isso, o conflito com a VOT era recuperado. Muitos jornalistas procuravam por Damião Braga e Frei Eckart Höfling para saber sobre os desfechos da disputa territorial, as casas onde funcionavam o *Projeto de Humanização do Bairro*, dirigidos pela ordem religiosa, ficavam movimentadas pelo entra-e-sai de repórteres e fotógrafos, e muitas faixas penduradas pelos arredores da Pedra do Sal diziam da necessidade de titulação da *Comunidade Quilombola*.



Figura 6: Na faixa azul vê-se a propaganda do “Projeto de Humanização do Bairro” promovido pela VOT. Na faixa branca, abaixo, lê-se “Terras de Quilombos – Titulação Já”. Foto de Flávia Carolina da Costa.

⁷² Trecho retirado do convite feito para a referida festividade pela *Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal*.

⁷³ O jornal RJTV cobria o evento e divulgava para todo o estado do Rio de Janeiro. Ver: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0..MUL8860459097.00confira+programacao+o+dia+samba.html>.

Contudo, se aquele conflito ressurgia na fala de agentes externos (como os jornalistas que passavam pela comemoração), os moradores do Morro da Conceição continuavam em silêncio e até desciam o morro para prestigiar o evento. Durante a festa, Damiano me procurou para dizer sobre uma reunião que aconteceria no fim daquela semana no Quilombo de Sacopã, localizado na Fonte da Saudade, bairro da Lagoa, zona sul do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma mesa-redonda organizada pela ONG COHRE⁷⁴ e intitulada *A cidade tem cores: os quilombos e o direito à cidade*.

Naquela circunstância, encontrei reunidos os representantes das comunidades remanescentes dos quilombos urbanos de Sacopã e Pedra do Sal, um representante da Comunidade Remanescente do Quilombo da Ilha da Marambaia, a Associação das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), pessoas do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Crioula⁷⁵, das ONGs FASE (Solidariedade e Educação)⁷⁶ e Koinonia (Presença Ecumênica e Serviço)⁷⁷. O objetivo da mesa-redonda era refletir sobre os quilombos e o direito à cidade, levantar potenciais e possibilidades de garantia territorial em face do direito urbanístico e iniciar um processo de sistematização das experiências dos quilombolas no contexto de disputas urbanas.

Para os presentes, aquele momento significava a oportunidade de se debater questões de *etnicidade* e *territorialidade* acionadas como marcas de resistência das comunidades quilombolas. De acordo com meus interlocutores, era preciso um movimento que repensasse os *usos da cidade*, levando-se em consideração que as comunidades quilombolas são “*experiências do presente que demandam reconhecimento de direitos*”⁷⁸. Nesse processo, de “reconhecimentos de direitos”, o

⁷⁴ Centre on Housing Rights and Evictions.

⁷⁵ <http://www.fundodireitoshumanos.org.br>

⁷⁶ <http://www.fase.org.br>

⁷⁷ <http://www.koinonia.org.br>

⁷⁸ Ver em anexo o ofício redigido nessa reunião como documento a ser entregue ao prefeito recém-eleito Eduardo Paes.

que está em jogo não são as “especificidades das comunidades rurais negras” e sim a *territorialidade* compreendida como “*um processo de mobilização política de novos sujeitos de direito, os quais acionam e re-atualizam a tradição a partir do presente*”.

No Morro da Conceição, “território” é algo configurado e re-configurado o tempo todo por diversos interesses e agentes, de certa forma este processo tem a ver com questões de “pertencimento” ao local. “Pertencer”, como já foi dito nos capítulos anteriores, é algo negociado nas relações de convivência e vizinhança que lança mão dos usos das tradições e do passado. Os múltiplos sentidos que podem ser atribuídos às tradições e ao passado demonstram que os moradores do morro, sejam eles da *parte de cima*, da *parte de baixo*, artistas ou quilombolas organizam-se a partir de categorias agenciadas nos conflitos inerentes às sociabilidades locais.

3.2 Dois eventos e muitos conflitos

Como era do conhecimento de quase todos os moradores, o *Projeto Mauá* estava marcado para o final de semana do dia seis de dezembro, mesmo período em que seria realizada a procissão em homenagem a Nossa Senhora da Conceição⁷⁹. Acompanhei o grupo de mulheres durante o ano todo nos afazeres para a realização da festa. Além do bazar que seria exposto no circuito artístico, elas cuidavam também da decoração da Igreja. Uma semana antes do evento, o *Projeto Mauá* já estava sendo divulgado em toda a zona portuária.

Seguindo as propostas discutidas na primeira reunião em que participei, o circuito artístico foi organizado no sentido de promover a “integração” entre o morro e partes de seu entorno. A programação contava com o jogo de futebol das crianças do morro, o bazar e a procissão organizados pelo grupo de mulheres, um show no Centro

⁷⁹ O dia de Nossa Senhora da Conceição é oito de dezembro, contudo no Morro da Conceição a festa em homenagem à santa padroeira é *tradicionalmente* feita no final de semana mais próximo.

Cultural Ação da Cidadania⁸⁰, além das exposições de arte que estavam espalhadas pelos ateliês dos artistas, pela Fortaleza da Conceição, Observatório do Valongo / UFRJ, estendendo-se até os centros culturais localizados nos arredores do morro. Também faziam parte das programações daquele fim de semana as apresentações do Afoxé Filhos de Gandhi e da *Banda da Conceição*.

Devido à ampla divulgação, a quantidade de turistas e visitantes presentes causava surpresa aos moradores locais. No horário marcado para a apresentação da banda, percebo uma discussão entre Frigi e Sílvio. As pessoas que tocariam os instrumentos em nome da banda vestiam a camiseta do projeto *Morro da Conceição: onde tudo começou*, eram, portanto, alunos da oficina de percussão promovida pelo referido projeto e coordenada por Sílvio. Contudo, como já foi descrito no segundo capítulo, se a princípio existia um *acordo* entre Sílvio e os outros participantes da banda, que garantia a apresentação daqueles alunos nos eventos em que o grêmio recreativo fosse convidado a participar, depois do passeio ao Cristo Redentor e dos comentários de reprovação de parte dos moradores locais acerca das propostas “assistencialistas” embutidas naquele projeto, o acordo foi rompido.

Segundo relatos de alguns moradores, descobri que os participantes da banda tinham optado pelo não envolvimento com candidatos políticos nem antes e nem depois das eleições. Diante daquela divergência, Sílvio havia decidido se afastar dos projetos de retomada da *Banda da Conceição* para dar continuidade ao projeto que recebia apoio do ex- vereador Wanderley Mariz⁸¹. Como resultado das oficinas de percussão e dança foi criado outro bloco carnavalesco no Morro da Conceição, chamado *Bloco do*

⁸⁰ Este evento é promovido anualmente pelo Centro Cultural Ação da Cidadania, localizado ali nos arredores, como lançamento da campanha “Natal Sem Fome dos Sonhos”. Naquela ocasião, a campanha e o show foram incluídos na programação do *Projeto Mauá*. Para maiores detalhes sobre o Ação da Cidadania, ver <http://www.acaodacidadania.com.br/>

⁸¹ Vale ressaltar que no momento em que acontece o Projeto Mauá, as eleições já tinham ocorrido, Eduardo Paes (PMDB) já era o prefeito eleito e Wanderley Mariz (DEM), que durante a apresentação do projeto *Morro da Conceição: onde tudo começou* era vereador municipal, não conseguiu se reeleger.

Escorrega, Mas Não Cai – nome dado em homenagem à Ladeira do Escorrega, localizada na *parte de baixo* do morro, o que demonstra uma tentativa de contemplar às demandas de *lazer e entretenimento* da população que vivia nesta região do morro, marcando oposição às posturas da *Banda da Conceição*.

Por tudo isso, na ocasião em que acontecia o evento artístico, a presença daquelas pessoas com a camiseta do projeto *Morro da Conceição: onde tudo começou* gerou discussões e desentendimentos entre Sílvio e Frigi. Diante da situação embaraçosa, a *Banda da Conceição* acabou não se apresentando como propunha a programação cultural.

Naquele final de semana movimentado, a exposição de “conflitos internos” ao morro aos visitantes presentes era motivo de apreensão entre parte dos moradores que, embora não participassem do evento artístico, tinham sido envolvidos por ele, já que o morro como um todo fazia parte do cenário onde se desenrolavam as programações. Foi sob olhares curiosos que no domingo à tarde a procissão saiu pelas ruas do morro. À frente ia a imagem de Nossa Senhora da Conceição carregada pelas moças moradoras locais, logo em seguida vinham os rapazes carregando as imagens do Sagrado Coração de Jesus e de São Sebastião. A procissão seguiu embalada pela ladainha em honra à padroeira. Em sinal de respeito, os bares fecharam suas portas e aos poucos os moradores saíram às ruas para acompanhar o cortejo⁸².

⁸² A procissão parte da Igreja localizada na Rua do Jogo da Bola, segue até a metade da Ladeira do João Homem e depois retorna à Igreja.



Figura 7: Alguns momentos da procissão.

Fotos de Flávia Carolina da Costa.

A procissão marcava o fim das programações do *Projeto Mauá* no morro e era um momento de muita importância para os moradores locais. Nos dias que se seguiram, os comentários nativos ponderavam sobre a presença dos visitantes e dos fotógrafos, sobre o tamanho do evento produzido pelos artistas plásticos naquele ano e também sobre a abertura do morro a um público externo que invadia a “privacidade” das experiências particulares aos moradores locais. Todas essas considerações resultaram em uma reunião a partir da qual os conflitos puderam ser descortinados e negociados coletivamente.

3.3 O estado de vigília

Desde a chegada dos pesquisadores do *IBAM*, os moradores da *parte de cima* do mostravam-se preocupados com as políticas de incentivo ao turismo no morro. Pouco depois daquela entrevista, alguns moradores foram convidados a participar de uma

oficina realizada na sede do IBAM. À convite do grupo *Eterna Juventude* aceitei participar desta oficina e entre os presentes encontrei Sílvio e Gustavo Perdigão⁸³. Naquele momento, pude ter uma idéia mais ampla sobre o que se tratava a entrevista feita alguns meses antes, e pude presenciar mais uma vez as diferentes compreensões que os moradores tinham sobre o morro. Aquela primeira visita dos pesquisadores ao morro tinha por finalidade o *mapeamento* local, considerando seus *atrativos turísticos* – o que explicava os questionamentos deles sobre os prédios e as festas.

Uma vez feito o *mapeamento*, o objetivo da referida oficina era propor que os próprios moradores listassem tais *atrativos* por ordem de *importância* – na visão do IBAM isso significava “*levar em conta as perspectivas e compreensões dos moradores acerca dos lugares onde vivem*”. Todavia, essa “hierarquização” dos *atrativos* deveria ser feita de acordo com uma *metodologia turística* explicada na hora. De modo geral, consistia em uma avaliação sobre o *grau de uso* do local (fluxo turístico), a *representatividade* no contexto municipal e estadual, o *apoio local e comunitário* (interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público), o *estado de conservação da paisagem circundante*, a *infra-estrutura* e o *acesso*.

A partir desse levantamento, a intenção daquele projeto era o desenvolvimento de um *turismo cultural* tanto para “*revelar, divulgar e preservar a memória do lugar*”, quanto para a promoção de emprego e renda:

“*É preciso levar o turista para visitar a Central do Brasil também e não só a praia*” – disse a coordenadora da reunião.

“*Mas esses questionários levam em conta o quanto de pessoas visitantes esses lugares suportam?*” – perguntou Gustavo Perdigão.

“*Esses são questionários para promoção e divulgação*” – respondeu a coordenadora.

⁸³ Gustavo Perdigão é filho de uma das mulheres do grupo *Eterna Juventude*.

Assim, o intuito do *Programa Monumenta* ao acionar o *IBAM* para o desenvolvimento da entrevista e da oficina era a criação de site nomeado *Turista Aprendiz* (em homenagem ao escritor Mário de Andrade), que funcionaria como interface entre um banco de dados e os novos turistas / visitantes da cidade, e por meio do qual estariam disponibilizados os *atrativos turísticos* das áreas da Saúde, Gamboa e São Cristóvão facilitando a criação de roteiros de visitação.

Durante a oficina, Gustavo e Sílvio manifestavam opiniões divergentes sobre as propostas apresentadas pelos coordenadores. Envolvido nessas diferenças, Gustavo decidiu organizar uma reunião no morro. Convocou muitos moradores, a maioria deles da *parte de cima*, todavia nem todos os artistas tinham sido convidados a participar, assim como aqueles que viviam na *parte de baixo* também não tiveram conhecimento desta reunião. A exclusão desses moradores ressaltava os conflitos e as insatisfações provenientes da *excessiva abertura* do morro ocasionada tanto pelo circuito artístico-cultural, quanto pelos projetos “assistencialistas” que *vendiam o morro como favela*. Nesse sentido, a pauta da reunião eram os projetos *Mauá, Morro da Conceição: onde tudo começou, IBAM/ Monumenta e Porto Cultural*.

No salão lotado, Gustavo apresentou os motivos daquela reunião e estimulou os moradores presentes a exporem suas opiniões sobre todos aqueles acontecimentos. Martin, então, levantou-se para apresentar suas preocupações sobre a revitalização da área e as mudanças embutidas nela:

“Qual é o papel que os moradores querem assumir diante dessas transformações? Como iremos nos colocar? Para quem são feitas essas transformações? Para os moradores do Leblon, ou para os moradores que residem aqui?”

Reunidos, os moradores diziam da necessidade de se ter *uma instituição formada que tivesse peso de representação em caso de embates mais sérios com a prefeitura*. Diziam também que aquela reunião deveria *gerar posicionamentos*.

“Eu não tenho interesse de que o morro vire um pólo popular. Não estou aqui para ganhar dinheiro e não quero ter outra vida!” – disse Sérgio, dono do Armazém.

As mulheres do grupo *Eterna Juventude* lembraram as intervenções urbanísticas propostas por Luiz Paulo Conde, secretário de Urbanismo durante a primeira gestão de César Maia (1993-1996) que, segundo elas, *mais destruíram do que melhoraram o morro*. Em seguida, os presentes expuseram suas opiniões sobre os assuntos em debate e revelavam diferentes perspectivas. Reproduzo abaixo algumas delas:

“Esses órgãos públicos estão usando poucas pessoas do lugar para legitimar as medidas externas de uso do espaço do morro” (Otávio).

“A revitalização é um fato, o negócio é o quanto a gente suporta disso tudo. A gente fica querendo preservar o que a gente vive aqui, agora o negócio é uma ação conjunta pensando o melhor a fazer” (Antônio Agenor)

“O IBAM tem projeto disso tudo, dessa área, mas não tem noção do que é isso aqui” (Gustavo)

“Aqui em cima não precisa de revitalização” (Abílio)

Em meio aos comentários, Guenther Leyen, um dos únicos artistas plásticos presentes, recorda que o mais interessante era que aquela reunião acontecia

independente da associação de moradores. Muitos moradores não se sentiam representados pela AMAMCO, e naquele momento entendiam que era necessário criar um fórum de participação dos moradores que agisse de modo integrado aos acontecimentos que atingiam o local, algo *efetivamente capaz de representar o morro.* Tal processo deslegitimava a existência da já citada associação de moradores, e expunha as tensões entre aquilo que muitos entendiam que fossem funções de uma associação de moradores e as ações empreendidas pela a AMAMCO que, na maioria das vezes, estava voltada apenas à promoção de eventos desportivos e culturais. De fato, as relações entre aqueles moradores da parte de cima do morro, com convivi por mais tempo, e as ações da AMAMCO eram tão distantes que até aquele momento poucas vezes ouvi comentários sobre a associação.

Dessa forma, na tentativa de estabelecer os “descontentamentos” e encaminhar as ações que seriam seguidos dali para frente, naquela reunião os moradores deliberaram que:

- Diante das políticas públicas de intervenção no morro, *as decisões deveriam ser tomadas em conjunto*
- No caso da criação de um fórum de representação dos moradores, *as determinações deveriam ser apresentadas com transparência.*
- A partir daquele momento, o Morro da Conceição encontrava-se em *estado de vigília* para observação e reflexão das políticas públicas de incentivo ao turismo e à patrimonialização.

O caráter excludente daquela reunião e as deliberações propostas por aquela “elite” reunida no salão da Igreja foram motivos para os desdobramentos de muitos outros conflitos que se seguiram e que pude acompanhar até a minha saída do campo.

Quase todos eles apareciam como resposta às posturas assumidas naquela reunião. As negociações acerca do “pertencimento” ao morro e “permanência” àquele território eram estendidas ao limite das relações de vizinhança e convivência.

As sociabilidades, tantas vezes revestidas por discursos de “harmonia” e “unanimidade”, eclipsavam os limites das dissidências e as fissuras que se conformavam em conflitos, nesse processo, as várias formas de especulações do Estado sobre o território do Morro da Conceição fizeram-me pensar sobre os meios pelos quais aqueles atores sociais legitimavam suas ações e interesses.

Considerações Finais

“A vida não pode ser uma lata velha, enferrujada e triste. Assim, para fugir do país oficial e cair no Brasil real, toquei para o Morro da Conceição, lado magnífico do Rio, o subúrbio dentro da cidade [...]” (João Antônio, 1992).

“Território” e “poder” assumiam múltiplos sentidos no Morro da Conceição, a compreensão sobre tais termos necessariamente passava pelas classificações nativas relativas à questões de “pertencimento”, “identidade” e “permanência”, por sua vez negociadas nas relações cotidianas de vizinhança e convivência. A multiplicidade das categorias classificatórias dos moradores do morro era responsável pela “política de significância”, termo emprestado da teoria desenvolvida por Herzfeld⁸⁴, por meio do qual se entende a pertinência de determinados acontecimentos, em detrimento de outros que eram relegados à ordem das “trivialidades” cotidianas.

Nesse processo de construção de “trivialidades” e “significâncias”, os moradores do Morro da Conceição teciam, a partir de suas relações, uma sofisticada malha de sociabilidades costuradas pela linha fina dos desentendimentos, insatisfações,

⁸⁴ HERZFELD, M. 2008. Intimidade Cultural – Política Social no Estado-Nação. Lisboa: Edições 70.

divergências e reputações. Assim, os conflitos inerentes à vida social descortinavam processos sociais maiores provenientes no mais das vezes das políticas públicas de revitalização da zona portuária, um acontecimento externo que interferia de modo agudo nas relações particulares aos moradores, gerando novos conflitos e deixando transparecer interesses e atores preocupados em legitimar suas compreensões acerca do lugar onde vivem.

Oscilando entre “ser” cidade e “ser” favela, arrebatado por demandas dos próprios moradores e por empreendimentos externos, o Morro da Conceição transparecia nas minhas investigações etnográficas como um território problematizado pelas lutas que asseguravam sua diversidade espacial e simbólica. O percurso etnográfico ao mesmo tempo em que me colocava em contato com todos os agentes e grupos retratados neste texto, também me fazia cair nos “mapeamentos” locais, dinâmica própria do contexto em questão e reveladora de um “controle social” regulador do mundo público, das aparências sociais. Mais do que os percalços envolvidos no “caso da entrevista não feita”, retratada no primeiro capítulo, as intrincadas sociabilidades do Morro da Conceição impingiram também a mim a tarefa de negociar com outros estudos acadêmicos que surgiam pela região, acionando “significâncias” de outra ordem⁸⁵.

As formas de sociabilidade dos moradores do Morro da Conceição eram significadas a partir das dimensões sociopolíticas que os territórios assumiam nas práticas cotidianas, nas organizações sociais e nas representações coletivas. Foi assim que passei a entender as especificidades da disputa travada entre a *Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal* e a *VOT*, primeiro conflito com o qual tive

⁸⁵ Além da chegada dos pesquisadores do IBAM já descrita neste texto, durante meu tempo de campo fui surpreendida também pela presença da pesquisadora Roberta Sampaio Guimarães (IFCS/ UFRJ) que estudava os desfechos do conflito entre a *Comunidade da Pedra do Sal* e a *VOT* e a região da “Pequena África”. A relevância acadêmica que a zona portuária ganhava, no limite, servia como reflexão das transformações sociais que estavam sendo processadas naquele contexto.

contato logo em 2006, época da minha primeira ida exploratória ao morro. Mais do que “unidades sociais preexistentes”, tratavam-se de grupos interessados em fixar suas identidades naquele território. Uma demanda que só fazia sentido se analisada à luz da lógica de especulações proveniente das reformas da região portuária.

Se político é onde o poder se exerce, no contexto do Morro da Conceição o território era, por excelência, o lugar da política. Aos poucos o trabalho etnográfico revelava os discursos daqueles moradores que o tempo todo negociavam suas tradições e compreensões acerca do passado e do presente, em uma linguagem bastante diferente daquela reproduzida pelas propostas estatais que tentavam fixar as identidades sociais a partir da “conservação histórica” e da lógica de desenvolvimento turístico na região.

A partir dos conflitos internos ao morro era possível visualizar os significados e efeitos das relações externas e também conflituosas. Era isso o que a recuperação da *Banda da Conceição* e o acontecimento do *Projeto Mauá* traziam à tona. As perspectivas divergentes agenciadas internamente por meio da divisão do morro em *partes* eram o resultado das “pequenas políticas” da vida cotidiana. Por outro lado, os projetos que vinham “de fora”, Projetos do *IBAM/ Programa Monumenta*, *Porto Cultural* e *Morro da Conceição: onde tudo começou*, revestidos em discursos “oficiais”, necessitavam ser observados com cuidado e sentinela.

“A vida não pode ser uma lata velha, enferrujada e triste”, era contra isso que lutavam os moradores do Morro da Conceição. E na busca pela preservação de suas práticas cotidianas é que se organizavam vigilantes. A revitalização portuária e as políticas de patrimonialização (ou “conservação histórica”) e promoção turística eram a realidade com a qual aqueles moradores lidariam dali para frente, mas suas ações desde o princípio deixavam claro que isso não seria feito de forma passiva, o que se constituía

era a “invenção” de um território por meio do qual se davam as concorrências pelo poder:

“Que os turistas vêm, eles vêm, cabe a gente tratá-los bem e mal também!” (Sr. Renê).

Referências Bibliográficas:

- ABREU, M.; MATTOS, H (orgs). 2007. *Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal*.
- ALMEIDA, A. W. B. de. 1989. “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: Uso Comum e Conflito”. In: Castro, Edna & Hébetete, Jean. (orgs.), *Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.
- ALVITO, M. 2001. *As cores de Acari – uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV
- ARANTES, E. B. 2005. *O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação de Mestrado, Unicamp.
- ARRUTI, J. M. 1997. “A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2.
- _____. 2006. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: Edusc
- BAILEY, F. G. (org) 1971. *Gift and Poison. The Politics of Reputation*. Oxford: Basil Blackwell
- BARBOSA, A. A. 2006. “Morro da Conceição: a geografia da cordialidade” In: *Revista Cariquice*. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin. Como já indiquei anteriormente, Antônio Agenor Barbosa é morador do Morro da Conceição.
- BARBOSA, A. C. R. 1998. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF.
- BURGOS, M. 2005. “Cidade, territórios e cidadania”. In: *Revista Dados*, v. 48, n. 1, Rio de Janeiro.
- BARTH, F. 2000. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- CARVALHO, A. P. C. 2005. “Família Silva: Etnicização e Politização de um conflito fundiário na cidade de Porto Alegre/RS”. In: *VI Reunião de Antropologia do Mercosul*, Montevideu. Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas.
- COMERFORD, John. 2003. *Como uma família – sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará
- DAMATTA, R. 1997. *Carnavais, Malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro*. Editora Rocco: Rio de Janeiro.

- EVANS-PRITCHARD, E. E. 2005. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- FAVRET-SAADA, J. 2005. “Ser afetado”. In: Paula Siqueira (trad.) *Cadernos de Campo*, n. 13: 155-161.
- Ficha de Regularização Fundiária da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, produzida no ano de 2007.
- FERREIRA FILHO, J. A, 1992. “Morro da Conceição”. In: *Rio Artes. Jornal O Globo* (maio). Rio de Janeiro.
- FONSECA, C. 2000. *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- GODOI, E. P. 1999. *O Trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*, Campinas: Editora da Unicamp.
- GOLDMAN, M. 2003. “Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia”. In: *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2, São Paulo.
- GUIMARÃES, R. S. 2008. *Discursos de visibilidade e novos usos do território: o caso da Pedra do Sal (RJ)*. Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais.
- HAVILAND, J. B. 1977. *Gossip, Reputation and Knowledge in Zinacantan*. Chicago: The University of Chicago Press
- HERZFELD, M. 1947. *A place in history: social and monumental time in a Cretan town*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- _____. 2008. *Intimidade cultural: poética social no Estado-Nação*. Lisboa: Edições 70.
- MAINARDI, C. 2010. *Construindo proximidades e distanciamentos: etnografia da Tupi Guarani da Terra Indígena Piaçagüera/ SP*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos: SP
- MARQUES, A. C. 1999 “Algumas faces de outros eus. Honra e patronagem na Antropologia do Mediterrâneo”. In: *Mana*, Rio de Janeiro, n. 5 (1).
- _____. 2002. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política.

- _____. (org.). 2007. *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/ Funcap/ CNPQ – Pronex; Campinas, SP: Pontes Editora, p. 36.
- MARQUES, A. C.; COMERFORD, J. C. & CHAVES, C. A. (2007). “Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito”. In: MARQUES, A. C. (org.) *Conflitos, política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/ Funcap/ CNPQ – Pronex; Campinas, SP: Pontes Editora
- MIRANDA NETO, M. S. 2007. *Ensaio sem nome sobre o Morro da Conceição*, disponível em <http://www.projetomaua.com.br/sobre-o-morro/23-humanidades/6-ensaio-sem-nome-sobre-o-morro-da-conceicao.html>.
- MOTA, F. R. 2003. *Nem muito mar, nem muita terra. Nem tanto negro, nem tanto branco: uma discussão sobre o processo de construção da identidade da comunidade remanescente de quilombos na Ilha da Marambaia/RJ*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF).
- MOURA, C. (Org.). 2001. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL.
- MOURA, R. 1995. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 2ª Ed
- NORONHA, L. 2003. *Malandros: notícias de um submundo distante*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, (Arenas do Rio; 12).
- O'DWYER, E. C. (org.). 1995. *Terra de Quilombos*. ABA/UFRJ
- _____. 2001. “O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas”. In: *Resenhas – Mana*, v. 7, n. 1 Rio de Janeiro.
- PINA CABRAL, J. 2000. “A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições”. In: *Análise Social*, Vol. XXXIV (Primavera), (n.º 153), Lisboa.
- QUINTANA, M. 2005 [1940]. *A Rua dos Cataventos*. Editora Globo: Rio de Janeiro.
- SANTOS, J. R. 1984. *Proposta de Tombamento da Pedra do Sal*. INEPAC. Rio de Janeiro.
- SIGAUD, M. F. & PINHO, C. M. M. de. 2000. *Morro da Conceição: da memória o futuro*. Rio de Janeiro: Sextante: Prefeitura.

- SILVA, D. S. da. 1994. "Direito Insurgente do Negro no Brasil: Perspectivas e Limites no Direito Oficial". In: S. Donizete Chagas (org.), *Lições de Direito Civil Alternativo*. São Paulo: Ed. Acadêmica.
- SIMMEL, G. 2006. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Zahar: Rio de Janeiro.
- TOSTA, A. 2005. *Contando histórias: uma etnografia das narrativas e usos do passado em um povoado fluminense*. Dissertação de Mestrado. UFRJ/ MN – PPGAS, Rio de Janeiro
- VALLADARES, L. 2005. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.
- ZYLBERBERG, S. 1996. *Morro da Conceição: padres, soldados, operários*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Patrimônio Cultural. Coleção Bairro Cariocas.

Referências eletrônicas

- www.comciencia.br
www.koinonia.org.br
www.centrodacidade.com.br
www.pretosnovos.com.br
www.projtomaua.com.br
<http://prod.midiaindependente.org/es/blue/2008/11/434045.shtml>.
www.batucadasbrasileiras.org.br
www.monumenta.gov.br
www.ibge.gov.br
www.vot.com.br
<http://www.ecos-ong.com.br/at2008.htm>
<http://www.overmundo.com.br/oberblog/vizinhanca-invisivel>
<http://www.projtomaua.com.br/sobre-o-morro/23-humanidades/6-ensaio-sem-nome-sobre-o-morro-da-conceicao.html>.
<http://www.acaodacidania.com.br/>
<http://www.fundodireitoshumanos.org.br>
<http://www.fase.org.br>
<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL8860459097,00confira+programacao+o+dia+samba.html>.

Filme:

- Morro da Conceição, 2005. Direção: Cristiana Grumbach.

Anexos:

Texto 1: RJ - Jornal Nacional mais uma vez coloca em dúvida o que é identidade quilombola

Fonte: Jornal Nacional em 28/05/2007.

Disponível em:

http://www.koinonia.org.br/oq/noticias_detalhes.asp?cod_noticia=2978&tit=Not%EDcias

É ou não é quilombo?

A disputa pela propriedade de uma área no centro do Rio de Janeiro deixou em lados opostos uma instituição religiosa e uma fundação ligada ao movimento negro. É mais uma região do Brasil que o Incra terá que decidir se é ou não remanescente de um quilombo.

Morro da Conceição, zona portuária do Rio.

Os 130 imóveis em disputa ficam em torno da igreja São Francisco da Prainha, tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Ordem Terceira da Penitência, uma sociedade religiosa e beneficente, afirma que se tornou dona dos prédios ao receber a herança de um padre há mais de 300 anos. E mostra documentos que comprovariam a posse, como uma carta assinada por Dom João VI, em 1821, e um certificado da prefeitura, de 1942.

“A Ordem Terceira tem posse de toda essa área, tanto que todos os que moram aqui ou são inquilinos da Ordem Terceira ou são foreiros da Ordem Terceira. Então desde 1704”, explica Frei Jacir Zolet, da Ordem Terceira da Penitência.

A maioria das casas está alugada, mas muitos prédios também são usados pela Ordem para abrigar projetos sociais e uma escola, onde estudam mil alunos de bairros pobres.

O grupo que reivindica os imóveis não quer gravar entrevista. São sete moradores que se dizem descendentes de escravos e querem o reconhecimento da existência de um quilombo na região.

O pedido já foi aceito pela Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura. “No dia 12 de novembro de 2005, nós emitimos certidão reconhecendo lá como remanescente de quilombo. São 23 anos a comunidade lutando para ser reconhecida como remanescente de quilombo. Então para nós não há impasse”, disse Edvaldo Mendes de Araújo.

O pesquisador Milton Teixeira, contratado pela Ordem, consultou documentos em arquivos da Biblioteca Nacional, da Igreja e do Exército e diz não ter encontrado registros de um quilombo na área em disputa.

“Seria impossível um quilombo aqui, um mercado de escravos ali do lado e um quilombo do outro. Seria algo impossível, além do que no topo do morro, desde 1717 tem uma fortaleza do Exército. Você acha que o Exército ia permitir um quilombo do lado?”

Todos os documentos já estão sendo analisados pelo Inbra. O instituto contratou antropólogos da Universidade Federal Fluminense que vão comprovar ou não a existência de um quilombo no Morro da Conceição. Mas ainda não há data para a divulgação do estudo.

Texto 2: RJ - Pedra do Sal desmente acusações de fechamento de escolas na região

Fonte: Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal (ARQPEDRA). Data: 20/7/2007

Disponível em:

http://www.koinonia.org.br/oq/noticias_detalhes.asp?cod_noticia=3161&tit=Not%EDcias

A Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal (ARQPEDRA) vem prestar esclarecimentos acerca das acusações de que os quilombolas estão pleiteando a retirada de escolas da região portuária que ocupam. Leia a carta a seguir.

Em Defesa da Escola, seja ela da Ordem, Pública ou Privada na Região Portuária. Nunca Fomos Contra a Escola e Nunca Lutamos pelo seu Fim...

Queremos é Mais Escola. Não somos burros!

O Quilombo da Pedra do Sal é uma reivindicação histórica de revitalização de uma memória negra (afrodescendente) /religiosa de matriz africana /portuária que sempre houve na região que habitamos. Estudos históricos e antropológicos sérios discutem isso que citamos.

Não houve um só momento na articulação para iniciar a perspectiva de um quilombo na nossa região que se cogitasse acabar ou tirar a escola da Ordem Terceira ou qualquer outra, fosse pública ou privada. **Escola para pobres como nós é artigo social essencial.**

O Quilombo Pedra do Sal está encravado ao lado da Escola privada Creche Escola Paraíso Infantil, e por nenhum momento essa escola próxima a principal área quilombola foi questionada ou especulada a sair ou que fosse expulsa; nem seus moradores.

A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia – VOT na figura de seu gestor Frei Eckart está usando de artifício ardil contra os articuladores da proposta quilombola da Pedra do Sal... Usa que os quilombolas querem acabar com a sua escola e assim cria-se um clima de comoção e medo da comunidade que tem seus filhos matriculados nos colégios da VOT responsabilizando os quilombolas de tudo de ruim que nelas possa acontecer.

Nós que articulamos essa proposta de representação de nossa identidade sabemos que o seu entendimento para muitos de nossa gente é um pouco difícil de forma imediata; há uma base de sustentação legal dessa proposta na Antropologia, na Ciência Política, na História e numa aprofundada leitura do Direito Étnico hoje no Brasil na ação das Procuradorias Federais do INCRA, Fundação Cultural Palmares e do Ministério Público Federal que está muito recente e que vem pela Constituição Federal de 1988.

O senso comum, para muitos que não acompanham as discussões nos fóruns políticos e acadêmicos, acredita que é absurdo pensar a Pedra do Sal por quilombo. Mas é um erro. Se não fosse isso por que estaríamos incomodando tanto?

Nossa proposta incomoda os detentores do poder econômico imobiliário na região porque é legítima. Tem fundamento legal e respaldo público e jurídico; senão não teria força alguma os boatos que lançaram contra nós, articuladores do Quilombo Pedra do Sal.

É pura mentira o que disseram sobre a nossa causa quilombola. Nós não apostamos no fim e nunca propomos o fim das escolas seja da Ordem Terceira, seja a privada (Paraíso Infantil) e nem a pública Escola Municipal Vicente Licínio Cardoso. É vergonhosa mentira e desespero da direção da VOT que como estratégia busca por a Comunidade escolar contra nós. Isso é leviano e legítima o abuso do poder econômico e de coação dessa instituição religiosa que mantém dois colégios na região.

O circo armado na reunião do último dia 10 de julho é desespero do Frei Eckart e sua equipe que não consegue junto ao Ministério Público Federal e ao INCRA informar o que lhe é pedido sobre muitos imóveis da região que pertence à Ordem: na

sacadura Cabral, na Prainha, na Pedra do Sal etc... Esse é nosso compromisso com muitos dos moradores que foram injustamente despejados por ação da VOT.

Estamos informando publicamente que qualquer ato de violência a nossa integridade física e psicológica e as nossas famílias, devido à onda de boatos lançados na última reunião do dia 10 de julho pelo Frei Eckart e sua equipe, entende desde já por ônus de responsabilidade desses que alimentaram junto à comunidade uma revolta a nós quilombolas nos acusando de querermos fechar as escolas da VOT em reunião pública sem nosso direito de defesa.

A toda Comunidade Portuária nossos alunos, pais e responsáveis dos alunos em momento algum foi dito, elaborado ou construída qualquer ação para por fim a qualquer escola no quilombo ou fora dele. Mente os que usam isso para por a comunidade contra nós que fazemos parte dela. Temos histórias nela, (não somos pilantras como disse frei Eckart e nem ladrões como o disse o televisivo historiador Milton Teixeira) e muitos de nós sempre foi visto com muito respeito pela seriedade de nossos trabalhos e ações. Não somos levianos, nem oportunistas. Somos esclarecidos.

Viva! E Viva Por muitos anos a Escola da Ordem Terceira da Penitência!

Viva a Escola Pública de qualidade que queremos!... É Para isso que temos que lutar! (também)

– Escola é obrigação do Estado

E porque não um dia uma escola pública Portuária e quilombola!... Uma Universidade... Sonhar não custa nada. Isso é memória e História!

Obrigado pela atenção.

Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal (ARQPEDRA)

Texto 3: RJ - Estadão aborda polêmica em torno a Pedra do Sal

Fonte: O Estado de São Paulo em 12/08/2007

Disponível em

http://www.koinonia.org.br/oq/noticias_detalhes.asp?cod_noticia=3268&tit=Not%EDcias. (data em que foi disponibilizada no site: 14/8/2007)

Na zona portuária, frades brigam por Pedra do Sal

Ordem franciscana diz que é dona da área e nunca houve um quilombo lá

Por Fabiana Cimieri

A Igreja Católica e negros que se intitulam quilombolas travam uma disputa por 9 hectares de terra ao redor da Pedra do Sal, histórico ponto de encontro de sambistas negros na zona portuária do Rio. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) analisa o pedido feito por cinco pessoas para demarcar o Quilombo Pedra do Sal, que nunca existiu como um local de negros fugidos ou resistentes à escravidão.

Cerca de 100 sobrados de estilo colonial, no Morro da Conceição, estão nessa área. A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência apresenta documentos da época do Império para sustentar ser a dona da terra. Além de 70 pequenos sobrados que aluga por valores entre R\$ 30 e R\$ 400, a ordem mantém no local 2 escolas, que atendem 1.200 crianças, e 18 cursos profissionalizantes.

O frei Eckart Hofling, diretor-geral da ordem, reuniu-se com os pais dos alunos em 10 de julho para dizer que a obra social estava ameaçada. O frei disse que os quilombolas queriam fechar a escola. Eu era a favor deles, mas agora fiquei dividida, porque todos os meus filhos e netos estudaram ali. A escola é excelente, e eles ainda oferecem atendimento médico, dentistas e cursos profissionalizantes, conta a dona de casa Nazaré Aparecida de Freitas, de 52 anos, que esteve na reunião. Frei Jacir Zolete, diretor imobiliário da ordem, diz que a reunião foi para informar os moradores, não para coagir. Mas é lógico que se desapropriarem os nossos terrenos não teríamos como manter a escola.

O líder da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal (ArqPedra), Damião Braga, acusa a ordem de incitar a população contra ele. Projetaram a minha foto na parede da escola como sendo o diabo. O clima de hostilidade chegou a tal ponto que eu não durmo mais na minha casa. Tenho medo, afirma.

DOCUMENTOS

Segundo o superintendente do Incra no Rio, Mario Lúcio Melo, os documentos da ordem franciscana não comprovam a propriedade de muitos dos imóveis em disputa. A ordem afirma ter recebido as terras como herança do padre Francisco da Motta, em 1704. Em 1821, alvará do príncipe regente d. Pedro 1º concedeu outros terrenos à beira-mar. Uma certidão de 1942 relaciona os imóveis da ordem. No entanto, não existe um registro específico para cada imóvel, como prevê a legislação atual.

A Fundação Cultural Palmares reconheceu o Quilombo da Pedra do Sal em dezembro de 2005. O processo de reintegração movido pela ordem para despejar Braga do imóvel que ele ocupa na comunidade desde 1999 está parado na 28ª Vara Cível do Tribunal de Justiça.

Texto 4: RJ - Filósofo agora aborda quilombos urbanos

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo em 29/10/2007

Disponível em:

http://www.koinonia.org.br/oq/noticias_detalhes.asp?cod_noticia=3628&tit=Not%EDcias . (data em que foi disponibilizada no site: 31/10/2007)

Por Denis Lerrer Rosenfield

Parece ser brincadeira, mas não é. A proliferação de quilombolas pelo País afora não conhece mais limites. Quando da Constituição de 1988, eram reconhecidos menos de cem quilombos no Brasil. Hoje a estimativa já é de 4 mil. Será que estamos diante de um novo período de descobrimentos? Alguns já estimam os territórios ditos quilombolas em 22 milhões de hectares. Outros acreditam que haja aqui uma subavaliação. Como se podem produzir tantos quilombos, inclusive em zona urbana, ao arrepio de qualquer consideração histórica e do uso da palavra quilombo em nossos dicionários?

O artifício é meramente jurídico. A lei está criando quilombolas, que proliferam por todo o País, com a ajuda dos ditos movimentos sociais. Não se trata de regularização fundiária de pessoas que já viviam num determinado território, mas de um decreto presidencial, o 4.887, de 2003. Segundo este decreto, basta um grupo de pessoas se autoclassificar como negro e indicar, na verdade, se auto-atribuir, uma terra ou propriedades urbanas para que se dê início ao seu processo de desapropriação, primeiro, na Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, e, posteriormente, no Incra. Laudos ditos antropológicos são solicitados a ONGs ou a professores comprometidos com a causa dos movimentos sociais para que o processo siga o seu curso, sem que os proprietários tenham conhecimento do que está acontecendo. Sua triste realidade só se apresenta quando recebem uma notificação do Incra, sem que tenham tido preliminarmente nem o direito ao contraditório. Tomemos um exemplo.

Num belo (ou sombrio) dia, o superior da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, no Rio de Janeiro, recebe uma notificação do Incra de que deve apresentar documentos de suas propriedades para sua defesa, pois a área em que exerce trabalho social, na Praça Mauá, no centro, fora reconhecida como área quilombola. A intimação do Incra é uma verdadeira intimidação! Os proprietários é que devem provar que são proprietários, e não os invasores! Imaginem o susto de uma instituição social, que exerce a caridade cristã, tendo de se conscientizar do que está ocorrendo e se defender, num processo de tipo kafkiano. Kafka, se tivesse conhecido o Brasil, não teria tido a necessidade de fazer uma obra de ficção: bastaria descrever a realidade!

A Ordem atende, nessa zona portuária, 1.070 alunos, que freqüentam uma escola que vai da educação infantil ao ensino médio. É um primor, com crianças rindo, estudando, jogando e comendo. Seu refeitório, com alimentação abundante, serve várias refeições ao dia. Os banheiros, um exemplo de limpeza. Aqueles jovens, negros, brancos, pardos, mestiços e mulatos, são alegres, exibindo, para quem quiser ver, a qualidade do trabalho que lá é feito. Aqueles rostos infantis são cativantes. Algumas dessas crianças são órfãs de pai e mãe. A Ordem já está pensando em construir uma casa especial para elas, onde possam ter uma vida digna.

O serviço comunitário, também muito desenvolvido, engloba todo um trabalho de humanização do bairro, com centro de saúde, creche, aconselhamento psicológico e cursos profissionalizantes. Dentre estes, no total de 18, destacam-se bordado, arte, música, saúde, informática, moda e salão de beleza. Adultos têm, assim, chances de refazer sua vida, reciclando-se e conhecendo novas oportunidades. Funcionam no local uma biblioteca, uma escola de música popular, uma casa de cultura, uma gráfica, uma marcenaria e uma padaria.

Ora, todo esse trabalho está sendo agora ameaçado. Na origem do processo, cinco pessoas que invadiram uma casa e reivindicam para si 70 propriedades, num valor médio de R\$ 250 mil. Essas cinco pessoas nem nasceram no bairro. Já obtiverem laudos (pergunto-me o que isso pode bem significar) que lhes dão direito a essas propriedades. Os ideólogos da justiça social devem estar muito satisfeitos com tal atentado à justiça - esta, sim, real -, de crianças e adultos, das mais diferentes cores, que terão sua vida prejudicada. O narcotráfico, presente nessa área, deixa a comunidade em paz. Os justiceiros da causa social, não.

A Ordem possui títulos de propriedade que remontam a 1704, além de um documento do príncipe regente, de 1821, que lhe dá o senhorio directo de terrenos no

bairro da Prainha. Ou seja, ela se encontra nesses locais há 303 anos. Sua história e sua tradição nessa região não deixam nenhum lugar a dúvidas, salvo para os que se estão acostumando a contestar qualquer tipo de propriedade, como se esta fosse o alvo maior que deve ser atingido em quaisquer circunstâncias. Paradoxalmente, a Igreja, que tanto fez para a formação deste país, está sendo vítima de suas próprias ações de invasões de terras, sob a bandeira da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aliás, qual é a posição da CPT a respeito dessa desapropriação?

O ex-PFL, hoje Democratas, ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin nº 3.239), em junho de 2004, contestando o decreto presidencial. Um dos seus argumentos é que um decreto não pode regulamentar um artigo constitucional. Do contrário, teríamos atos arbitrários do Poder Executivo, tornados legítimos e legais, abrindo uma caixa de Pandora cujas figuras podem ser aterradoras. Passados quatro anos, esse julgamento até agora não ocorreu. Propriedades e terras pelo Brasil afora estão sendo objeto do arbítrio de auto-intitulados movimentos sociais, que agem abrigados pela lei e por órgãos estatais afinados com suas propostas políticas. Trata-se de um problema constitucional da maior relevância que não pode ser mais postergado, sob pena de o País defrontar-se com situações irreversíveis. O STF tem-se colocado à altura das maiores aspirações do Brasil. Não esqueçamos que o arbítrio é a face visível do autoritarismo.

Texto 5: Ofício redigido a partir das deliberações da mesa-redonda *A cidade tem cores: os quilombos e o direito à cidade*, organizada pela ONG COHRE.

Ao Ilustre Prefeito Eleito do Município do Rio de Janeiro V.Sa Eduardo Paes

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2008

**Associação de Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro -ACQUILERJ-,
Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal –**

ARQPEDRA e Associação Cultural Quilombo Sacopã- ACQS⁸⁶ vem por meio desta apresentar a DEMANDA DOS QUILOMBOS URBANOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO e requerer providências e compromissos da gestão de V.Sa, tendo em vista os elementos abaixo expostos:

Sobre os quilombos na atualidade

As comunidades de quilombos são grupos étnicos com presunção de ancestralidade negra, identificáveis segundo autodefinição⁸⁷, que vivem em territórios assim reconhecidos por seus usos, costumes e tradições. Os quilombos são e foram diversos, tendo referência histórica nos processos de resistência negra às formas de opressão e discriminação. Portanto, as comunidades quilombolas, ao invés de reminiscências do passado, são experiências presentes, que demandam reconhecimento de direitos.⁸⁸

As comunidades quilombolas no Brasil totalizam 1.209, conforme dados da certificação Fundação Cultural Palmares, embora outras fontes estimem números superiores como 2.228 comunidades como aponta estudo da Universidade de Brasília e 3.500 pelo movimento social quilombola. Ao pensar sobre quilombos, o imaginário coletivo remonta a idéia de escravos fugidos no período da escravidão, associando quilombo ao passado, fuga e isolamento. O senso comum sobre quilombo vem sendo desconstruído por um processo social que afirma os quilombos como algo do presente e, portanto desvinculado da idéia de escravidão (passado).

⁸⁶ A construção desse documento contou com apoio e assessoria das organizações: Centro pelo Direito a Moradia contra Despejos (COHRE), Fase Nacional (Núcleo de Direitos Humanos), Koinonia e Mariana Crioula.

⁸⁷ O critério de auto-atribuição refere-se à conquista das sociedades modernas dos grupos étnicos-raciais poderem dizer o que são e como se compreendem (direito à identidade) após as trágicas experiências do nazismo e outras formas de assepsia étnica. Neste sentido, o princípio da auto-atribuição é um direito dos povos assegurado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

⁸⁸ A Constituição Federal de 1988 garante a propriedade definitiva das terras das comunidades remanescentes de quilombos no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e reconhece “os modos de ser e fazer” das comunidades quilombolas como direitos culturais e conseqüentemente patrimônio cultural brasileiro conforme arts. 215 e 216 da Constituição Federal. O Decreto 4887/2003 é o instrumento normativo que veio regulamentar o procedimento administrativo de titulação, definindo competência dos diferentes órgãos públicos, sendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o responsável pela titulação.

A principal reivindicação do movimento que reúne as associações de comunidades quilombolas do Brasil é a garantia da titulação dos territórios⁸⁹, isto é, a regularização fundiária e o reconhecimento da propriedade definitiva das terras que ocupam, mediante a titulação e a recuperação dos espaços usurpados ou turbados por supostos proprietários.

Muitos estudos sobre quilombos os compreendiam como uma “especificidade das comunidades rurais de negros” ao partir das distinções entre a vivência das relações étnicas em contextos urbanos e rurais. Contudo, a territorialidade vem sendo compreendida não como um dado geográfico, mas como um processo de mobilização política de novos sujeitos de direito, os quais acionam e re-atualizam a tradição a partir do presente.

A luta por reconhecimento como quilombo de comunidades urbanas no Brasil é exemplificativa de tal processo, ou seja, considera-se a base geográfica como elemento importante e constitutivo da identidade étnica, não resumindo aquela a um mero espaço físico, mas ao lócus onde as relações são tecidas. Logo, os elementos envolvidos nas organizações sociais, sejam em áreas rurais ou urbanas, têm relevância na compreensão dessa territorialidade, apontando os tênues limites da distinção entre rural e urbano.

Quilombos podem ser encontrados em todo o território brasileiro. Os denominados quilombos urbanos estão localizados em distintas cidades brasileiras desde grandes cidades como Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro às cidades pequenas como Itatiba no interior paulista.

Quilombos Pedra do Sal e Sacopã no Rio de Janeiro: conflito e história

A história dos quilombos urbanos no Rio de Janeiro remonta ao processo de ocupação e urbanização da cidade e os conseqüentes conflitos e resistências.

O quilombo Pedra do Sal localiza-se no bairro da Saúde, região Portuária do Rio de Janeiro. A importância e a presença negra na história daquela região é algo incontestável, mas isso não garantiu direito a comunidade negra residente, ao contrário, esta em muitos casos foi retirada e despejada do local.

⁸⁹O território congrega as tradições, memória, religiosidade, relações com os recursos naturais, conflituosidade dentre outros aspectos vivenciados no cotidiano das comunidades que as especificam e singularizam.

Os projetos em torno da Revitalização da Zona Portuária e a suposta propriedade da Ordem Terceira de São Francisco vêm ocasionando um conflito social e jurídico com o quilombo Pedra do Sal que explicitam uma demanda por direito à moradia, mas também, uma luta por ter garantida a presença e a resistência negra na região.

O quilombo Pedra do Sal demanda como território a ser titulado um quarteirão composto de antigos casarões na Rua Argemiro Bulcão que pretende assegurar as poucas famílias que ali permaneceram e agregar algumas que foram retiradas/despejadas. O procedimento administrativo de titulação encontra-se em curso no INCRA.

O quilombo Sacopã localiza-se no bairro da Lagoa, zona sul do Rio de Janeiro. A permanência do núcleo familiar negro no local em meio as edificações hipervalorizadas comercialmente simboliza a resistência ao processo de urbanização que expulsou as famílias negras e pobres da região.

Essa resistência se dá pela luta da comunidade Sacopã por permanecer no local apesar das pressões da especulação imobiliária e a conivência dos poderes públicos. Um conflito sócio-jurídico que dura em média 40 anos, com algumas tentativas de despejos que envolveram município, Estado e interesses privados. O conflito tem dimensões fundiária, ambiental, urbanística e étnica.

O quilombo Sacopã demanda a titulação de um território composto de áreas de moradia e área verde preservada pela comunidade na Rua Sacopã, 250 que pretende abrigar e dar continuidade ao núcleo familiar negro que reside no local há cinco gerações.

Conclusões e pedidos

As lógicas do planejamento no espaço urbano produzem um “padrão de cidade” que pouco dimensiona as relações sociais tecidas, seus significados e importância para o bem e bom viver nas cidades.

Contudo, as cidades no Brasil têm cores e o elemento étnico-racial precisa ser considerado nas políticas públicas acerca do espaço urbano, pois os distintos grupos sociais têm direito à cidade e seus modos de ser e fazer são integrantes do patrimônio cultural e devem ser assegurados.

Neste sentido, em face dos compromissos políticos assumidos em campanha, esperamos da nova gestão o comprometimento com a demanda colocada e a afirmação da importância dos quilombos urbanos na cidade do Rio de Janeiro.

Por todo exposto, requer de V.Sa.:

- 1) Criação de um Grupo de Trabalho (GT) na Secretaria de Urbanização com participação dos interessados para viabilizar alternativas no âmbito da política urbana (Plano diretor, Zonas e Áreas Especiais, etc) que possam subsidiar a garantia dos territórios quilombolas.

- 2) Estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica entre Prefeitura e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para operacionalizar ações.

Atenciosamente,

Associação de Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro -ACQUILERJ,

**Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal –
ARQPEDRA**

Associação Cultural Quilombo Sacopã- ACQS